



SESSÃO DE		27 / SET. / 2019
FAVOR		15
VOTAÇÃO CONTRA		0
ABSTENÇÃO		6
O Presidente		

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

ATA Nº 3/2019

Aos vinte e nove dias do mês de maio, de dois mil e dezanove, levou-se a efeito a Sessão Extraordinária da Assembleia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, pelas 21 horas e 10 minutos, nas instalações da Universidade Sénior de Massamá e Monte Abraão, em Massamá, presidida por Manuel Lourenço Marques (Presidente da Assembleia), secretariada por João Paulo Henriques e Sandra Viegas, em que o Executivo da Junta de Freguesia se fez representar pelo seu Senhor Secretário, João Vinhas, e restantes membros; com a seguinte:---

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

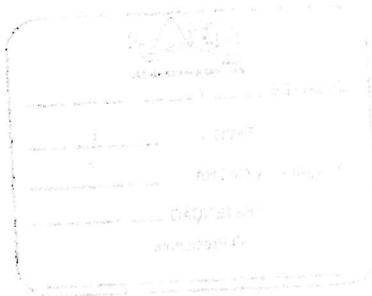
Ponto Único – Apresentação e discussão do relatório referente aos dados anuais de 2018 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra Oriental. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) começou por saudar os presentes e desejar as boas-vindas à convidada, a Dra. Sandra Feliciano, da **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra Oriental (CPCJ)**, ao Sr. Secretário João Vinhas em representação do Sr. Presidente da UFMMA (que não estaria presente pois tinha acabado de ser pai de um menino, o Lourenço) e aos membros do Executivo, a todos os Vogais da Assembleia de Freguesia (AF), à Mesa, os colaboradores da Junta e o estimado público presente. -----

Realçou que este era uma sessão já habitual que iria recordar muitos aspetos importantes relativos a esta temática. Defendeu que poderiam ainda ser debatidas nessa sede outros temas, nomeadamente o da violência doméstica, pois haveria ainda muitas outras de importância a tratar. -----

Agradeceu a presença à Dra. Sandra e passou a estabelecer o quórum. Informou a assembleia de que tinham chegado à Mesa os seguintes pedidos de substituição: -----

pela Bancada do PS: o da Vogal Sara Godinho pelo que seria substituído pelo Vogal David Jorge Silva; -----



ly

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

pela Bancada do PSD: os dos Vogais Rui Coelho e João Paixão pelo que seriam substituídos pelos Vogais Maria Manuela Umbelina Vilela e Nuno Miguel Moscoso. -----

pela Bancada dos Independentes: o do Vogal Barandas Salgado pelo que seria substituído pelo Vogal Sérgio das Neves. -----

Mais informou que os Vogais Independentes Fátima Campos e Carlos Saldanha não estariam presentes. -----

Assim, conforme indica a folha de presenças desta sessão, encontravam-se presentes 19 dos Vogais que compõem esta assembleia, pelo que dataram e assinaram a folha de presenças:-----

pela Bancada do Partido Socialista (PS): Manuel Lourenço Marques, João Henriques; Sandra Viegas, Antonieta Rosa Gomes; Sérgio Rodrigues, Ana Paula Simões de Carvalho, Arnaldo Costa, José Fernandes, Maria Adelaide de Sousa, Manuel Salvador Reis e David Jorge Silva;-----

pela Bancada do Partido Popular CDS/PP: Luís Fernandes; **pela Bancada do Partido Social Democrata (PSD):** Maria Manuela Vilela e Nuno Miguel Moscoso; -----

pela Bancada dos Vogais Independentes: Sérgio das Neves; -----

pela Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): José Coelho; Maria João Antunes; ----

pela Bancada do Bloco de Esquerda (BE): José Alberto Barroso Dias e Rosa Pereira.-----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a Ordem de Trabalhos com o Ponto Único: Apresentação e discussão do relatório referente aos dados anuais de 2018 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra Oriental dando a palavra à Sra. Dra. Sandra Feliciano, da (CPCJ). -----

A Dra. Sandra Feliciano apresentou os seus cumprimentos protocolares a todos os presentes. Pediu então desculpas por todos os possíveis erros ou gafes que viesse a cometer pois percebia muito pouco de questões políticas e, poderia trocar nomes ou funções. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Salientou a importância e a relevância de ali estar e, de lhe ser dada a oportunidade de transmitir e refletir sobre um assunto da responsabilidade de todos; pelo que vinha trazer os dados sobre os quais importava refletir por se tratarem das nossas crianças e jovens. -----

Perguntou então ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia quanto tempo tinha para a sua apresentação. -----

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia (Manuel Lourenço Marques) informou que tinha todo o tempo que achasse necessário. Explicou ainda que após a apresentação os vogais colocariam as questões que considerassem pertinentes. -----

A Sra. Dra. Sandra Feliciano, Presidente da CPCJ, iniciou a sua apresentação (com meios audiovisuais) e passou a dizer: -----

«A CPCJ é uma instituição oficial não judiciária com competências previstas na Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. As Comissões de Proteção têm autonomia funcional, contam, no entanto, com o acompanhamento técnico da Comissão Nacional dos Direitos de Proteção das Crianças e Jovens e com a fiscalização e o acompanhamento do Ministério Público. Foram criadas em 1999 com um objetivo muito claro: de representar a justiça de proximidade e de a comunidade assumir a sua responsabilidade para com os seus mais novos, neste caso crianças e jovens até aos 18 anos. -----

A lei de promoção e proteção já passou por várias revisões (referidas na apresentação); isto só para clarificar, que de facto, que foi uma lei que veio para ficar e que só tem sido revista no sentido de melhorar, pelo que não nos parece a nós que seja algo para descartar neste momento, pois garante- através dela a proteção de muitas crianças e jovens, sempre com a perspectiva de que é necessário a comunidade para proteger as crianças e que todos nós somos corresponsáveis. Daí, esta matéria nos convocar a todos a estarem presentes esta noite. -----

Desde 2005, a Comissão de Sintra, pela densidade que tinha em termos de volume processual na altura (que eram mais de mil processos), viu-se na necessidade de dividir o concelho em duas Comissões de Proteção, uma que apanha a zona rural e toda a zona ocidental,

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

e outra, a Comissão de Sintra Oriental que apanha a zona identificada (na apresentação): UFMMA, Aqualva, Belas, Cacém, Mira Sintra, São Marcos e Casal de Cambra. Dentro desta bolinha situa-se a maior comissão do país. Nós somos, segundo os dados deste ano, a maior Comissão Nacional, e isto tem de nos inquietar a todos com certeza. 2040, este foi dramaticamente o número de crianças que tivemos em perigo este ano. Penso que todos conhecem o Centro Olga Cadaval, o maior centro de espetáculos do Concelho de Sintra, pois precisávamos de dois Olga Cadaval para sentar todas as crianças em perigo identificadas. Estamos a falar de um perigo em primeira linha, estamos a falar de um perigo em que foi necessária a intervenção da CPCJ enquanto entidade de segunda linha, enquanto a situação de facto já era de gravidade, o que implicou a nossa intervenção. Registamos no ano 2018, 1010 novos casos, 1010 novos Processos de Promoção e Proteção (PPP) que correspondeu a um aumento significativo face ao ano anterior; esta tendência, aliás como irão ver mais à frente, vinha-se a registar. Foram arquivados 897 PPP – porque a equipa teve de fazer um esforço de sobrevivência, no meio de tantos processos – tendo transitado 1070 PPP ativos. Ou seja, a 1 de janeiro de 2019, nós herdámos já 1070 crianças já em perigo com necessidade da nossa intervenção. Foram efetuados 73 pedidos de colaboração e estes pedidos de colaboração são crianças que residem na nossa área, mas que o processo ainda está na pendência de outra CPCJ, o que significou que durante este ano tivemos a residir na nossa pequena área, naquela pequena esfera de intervenção, 2040 crianças em perigo. Destas, 202 foram consideradas como muito urgentes. E o que são estas situações muito urgentes? São situações em que no próprio dia em que a Comissão tem conhecimento da situação de imediato tem de intervir porque tínhamos uma criança abusada sexualmente, espancada ou vítima de qualquer tipo de crime que implicou uma intervenção e uma decisão no imediato e no próprio dia. -----

Para uma análise global: tinha-se uma herança de 957 PPP na entrada do ano de 2018, que juntando os novos 1010 fez o total global de 1967 processos. Destes, foram arquivados 897 e transitaram ativos os 1070. Só para vos dizer que, em termos deste ano de 2019, já temos em termos de novos processos: 510. Esta é a tendência como podem ver, como eu vos dizia há pouco, dizia-se em 2005, que era impensável uma CPCJ fazer a gestão de um volume processual de 1000 processos; a comissão a que hoje presido tem um volume processual que duplica. Tal

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

como disse no conselho de Segurança do Município, parece-me que está na altura de tomar algumas medidas, parece-me que está na altura de equacionarmos e pensarmos na criação da terceira comissão porque não se consegue sobreviver desta forma. -----

Fui-vos trazendo aqui ao longo desta apresentação algumas frases, foram frases que ao longo do ano nos foram dizendo. Nesta, o D. de 8 anos: "Às vezes parece que o meu coração vem cá para fora... para não doer...". Dá para imaginar o sofrimento que se tem aos 8 anos para se preferir que o coração viesse para fora... Quando se podia ser tão feliz aos 8 anos! -----

Analisando aqui a realidade e focando-mo nos um bocadinho um bocadinho na realidade que nos importa (Massamá e Monte Abraão), de facto, não é a união de freguesias que tem o maior número de volume processual e nunca foi nos últimos anos e não é agora, mas tem já um volume processual que tem de nos preocupar (313 PPP) e quem de nos preocupar porque tem sido e poderá ser em breve (Monte Abraão) uma localidade sem técnica em gestão. A técnica tem um pedido formal para sair da Comissão, está muito cansada, é comissária há muitos anos e quando esta sair dificilmente será substituída e estas crianças não ficarão protegidas por nós. É uma preocupação que nós temos passado, nomeadamente ao Sr. Presidente. E é bom pensarmos porque de facto temos lá muitas crianças! Em termos de comparativo, face ao dados do ano de 2017, em termos de novos processos, a realidade não mudou muito, tivemos mais ou menos o mesmo número de processos. Tínhamos tido 141 e agora temos 147 novos processos. Em termos do global tínhamos tido 345, o que desceu de facto, significativamente; e daí o sinal verde de descida. Massamá e Monte Abraão não é a localidade que mais nos inquieta mas se formos a comparar com dados dos anos anteriores temos que começar a perceber que esta realidade também está a mudar aqui neste território. Para vos trazer os números (que não estavam associados à equipa, para além daqueles existem os processos de escolas) em Massamá/Monte Abraão foram instaurados novos processos (16 Monte Abraão e 19 em Massamá). Por dificuldades da equipa técnica (que no final vão perceber; este ano tivemos de redefinir novamente a organização da equipa, o que temos de estar constantemente a fazer e como calculam isto cria uma dificuldade à gestão processual e os processos das escolas que dantes eram trabalhados exclusivamente pela equipa das professoras, nomeadamente a equipa

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

da Dra. Paula, (uma das professoras presente) que estava a fazer a gestão da equipa das escolas, eu precisei de um elemento para reforçar outra equipa que tinha ficado sem técnico, pelo que neste momento, os processos novos das escolas estão a ser distribuídos pelo técnico gestor e a Dra. Paula está a fazer a gestão dos trezentos e muitos processos que tinha. Como calcular é impensável! -----

“Sinto que a minha família acabou quando os meus pais se separaram!” – Temos aqui um drama que cada vez é mais sentido pelas nossas crianças. Parece que os pais não têm consciência que aquilo que termina tem de ser o casal conjugal e não o casal parental e todos se demitem desta responsabilidade parental de forma a fazerem as crianças sentirem que de facto a família termina quando os pais se separam; o que é uma realidade que cada vez mais nos assusta. -----

Em termos de caracterização e para percebermos que crianças eram estas, em termos de género, a maior parte era do sexo masculino (54% M; 46% F); em termos de escalão etário podemos ver os escalões que nos vêm inquietando muito: os do 0/2 anos e o de 3/5 anos. Estão a crescer nos últimos anos e se os juntarmos verificamos que está a crescer, e pensando que esta faixa etária não está na escola, está sozinha em casa com o agressor, não tem um equipamento; ou seja, não temos olhos em cima deles. Ao juntarmos estas faixas etárias (0/5 anos) temos 311 PPP, maior que qualquer outro escalão. Eu não consigo perceber porque é que está tão separado, até porque, na sua perspectiva e modesta opinião, temos ali escalões de dois anos e outros de três. De facto, a nossa preocupação vai cada vez mais para a falta de respostas que existe nesta faixa etária e para a gravidade que representa eles estarem apenas com o agressor sem estar ninguém lá em casa diretamente. -----

Em termos de tipologia de problemáticas:-----

– a exposição a comportamentos desviantes (ECABD), com especial relevância para a violência doméstica (VD), é assustador o que nos chega hoje em dia em termos de VD, nomeadamente neste território, é assustador a quantidade de sinalizações de VD, é assustador o que os pais estão a fazer aos filhos sem perceberem a destruição que estão a causar às suas crianças que deviam ser os seus mais que tudo. Depois, segue-se as situações de perigo do direito à educação, o abandono escolar e o absentismo. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

– o 2ª escalão, Criança e Jovem Assume Comportamentos (CJACABD) que se prende claramente com o facto de cada vez mais jovens praticarem um conjunto de delitos e adotarem comportamentos antissociais, o que vai aumentar porque tem havido uma demissão tão grande dos cuidadores que necessariamente esta realidade vai aumentar. -----

– O mau trato físico (MTF) também aumentou este ano (76 casos), e estamos a falar de MTF grave e severo, como poderão ver no final algumas imagens; -----

– crianças abandonadas ou entregues a si próprias (CESP) são 36, o que também aumentou, na nossa área de intervenção tínhamos 36 crianças com menos de 18 anos que viviam sozinhas sem cuidadores, e estamos a falar de crianças que estavam efetivamente a residir sozinhas com outros irmãos ou sem supervisão de ninguém, pois os cuidadores abandonaram o país e deixaram-nas no nosso território; -----

– em termos de abuso sexual (AS), são 19 situações, sendo que as situações em que há indício claro à partida que o abusador é o pai ou a mãe, transitam de imediato para o tribunal e já não constam nos nossos relatórios, pois passa a ser o Ministério Público (MP) que intervém de imediato (a não ser que passe das 16h e aí tem de ser a comissão, pois o tribunal já não está em trabalho, pelo que é aplicado o 91 e depois o Tribunal segue com o restante trabalho). -----

Quem mais sinaliza são de facto as autoridades policiais, são eles que são cada vez mais envolvidos nesta participação, mas também os estabelecimentos de ensino. O anónimo começa a sinalizar cada vez mais, embora as pessoas tenham ainda muito receio de dar a cara e de nos dizer o que se passa nas suas realidades, mas já começam a sinalizar cada vez mais, contudo continuam a acontecer situações de mau trato muito grave e muito reiterado com contornos de alguma tortura que toda a gente sabia e toda a gente calou porque o senhor era muito mau. Se seria mau para os vizinhos, não queremos pensar no mau que seria para as crianças. Alegro-me também perceber o aumento de sinalizações por parte dos Serviços e Projetos, quer dizer que, de facto, estamos cada vez mais interligados, em maior relação e os serviços e projetos sinalizam cada vez mais à CPCJ depois de esgotadas as suas intervenções. Quem mais se agride é o próprio, pela força dos comportamentos que vai assumindo, seguindo-se da mãe e do pai, que curiosamente têm legalmente a responsabilidade de cuidar e de bem tratar, e depois podemos

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

juntar a díade de pais, que também é claramente agressora de quem deveria cuidar. O gráfico serve para fazer uma pequena reflexão. Sempre ouvimos dizer que a rua era um perigo, que havia um perigo enorme de se estar na rua. Grande parte dos agressores está em casa, não na rua! Uma fatia muito mínima de agressores (2%) reside na rua. -----

“Achas que um dia posso ter uma mãe que dê assim abraços bons como os teus?” A C. de 7 anos, depois de um dia longo de intervenção que não saia do nosso colo, o que queria era abraços porque nunca tinha tido abraços. Por ela, aquilo que tinha encontrado na comissão eram várias mães e ia nos perguntando, a umas e outras, quem a que podia levá-la para casa e dar-lhe abraços assim.-----

Tentando agora perceber a realidade que mais vos convoca (Massamá e Monte Abraão): 149 PPP o que equivale a 14,5% do volume processual da CPCJ; em termos de género a predominância vai para o masculino; 11/14 anos, o principal agressor será o pai; em Monte Abraão anda com valores muito próximos (pai, mãe e próprio); a VD quem mais sinaliza é a PSP. Tentando analisar de forma mais específica os dados: Monte Abraão registou um maior volume em termos etários no escalão dos 0/2 anos seguindo-se os 11/14 e os 15/18 anos; Massamá regista o maior volume no escalão 11/14 anos, seguindo-se o dos 0/2 anos. Se virem as percentagens, são de facto, escalões que nos preocupam, lá temos os escalões de 0/2 anos como fonte também no vosso território. Em termos das principais problemáticas, também no vosso território aquilo que mais nos inquieta é a VD pela predominância que assume em ambos os territórios; seguindo-se depois pelo facto da criança ou jovem assumir depois comportamentos que afetam o seu bem-estar, ou seja, este território que não tinha esta problemática como dominante passou a ter este ano. Portanto tem necessariamente que nos inquietar. Chamar-vos à atenção para que, de acordo com os dados nacionais apresentados na passada semana, em Tavira, esta realidade não é igual à realidade nacional. Em termos de realidade nacional a principal problemática aponta para a negligência, de facto, neste território, isso não acontece. Em termos de entidade sinalizante, também acompanhando a tendência dos dados globais da comissão, quem mais sinaliza é a PSP, em ambos os territórios. Em Monte Abraão, tivemos de facto uma relevância para os serviços e projetos, muito devido ao trabalho que vamos fazendo com a junta, nomeadamente com o Gabinete da Ação Social da Junta, com a Dra. Vanessa e com

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

a Dra. Vanda, que trabalhamos com muita proximidade e isto era reflexo do que vimos a fazer, escutando na intervenção, elas sinalizam para nós. Em Massamá, quem mais sinalizou foi um anónimo. Quem mais agride em ambos os territórios é o pai e depois, a mãe e o próprio, em Monte Abraão e em Massamá, acompanhando a tendência do resto da Comissão. Ou seja, é ele próprio, a criança ou o jovem que se auto-agride, que se põe na situação de violência ou assume um comportamento ou determinada atitude em que ele constitui o próprio agressor na situação. ---

É difícil fazer estudos porque cada criança é uma criança. Tivemos um dia destes um miúdo que dormiu vários dias na rua e que quando foi para ir para o acolhimento ele disse-nos que numa das noites tinha visto a mãe do outro lado da estrada, e nós perguntámos o que é que ela tinha feito, ele disse: seguiu caminho. Perguntámos o que é que ele queria que ela fizesse; e ele disse: que queria que chegasse ao pé de mim, me desse uma estalada e me levasse para casa. -----

É difícil fazer este tipo de estudo, porque isto implica uma análise refletiva e pelo volume processual e pela incapacidade técnica de sermos imensos, pois somos uma equipa muito grande (de 8 ou 9 pessoas) para 2000 processos, não conseguimos. Até porque isso implica depois um conjunto de cruzamento de indicadores que não arriscamos a ter. Nós trabalhamos muito com a Academia e é a Academia que faz esses estudos. Esse nunca foi feito. Temos colaborado em vários estudos porque fazemos questão em estar em vários projetos científicos porque acreditamos que é uma mais-valia para o território, mas esse caso nunca foi feito e não sei se chegaríamos a conclusões. -----

Em termos de medida protetiva... Ouvem com certeza na Comunicação Social, que as comissões retiram crianças. Mas posso dizer que a Comissão a que preside a alguns anos nunca retirou... Por acaso, este ano não posso dizer que nunca retirou, este ano retirou... Retirámos uma criança. Não retiramos, protegemos! Protegemos de um contexto que lhe é agressivo, de um contexto que lhe não é adequado, de um contexto que tem de ser interrompido e de um contexto que tem de ser repensado trabalhado. Retirar crianças... Sei que retirámos este ano uma porque foi abandonada com 4 anos nas nossas instalações e, foi de facto, retirada. Eu, como técnica, que estou nisto há algum tempo, foi de facto a primeira vez que senti que estávamos a fazer uma retirada porque tínhamos uma criança que gritava, chorava e desmaiava vezes sem conta e dizia

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

não me tirem da minha mãe e alguém dizia tirem-na daqui que eu não a quero. Nós não fazemos efetivamente retiradas, fazemos proteção, porque é necessário proteger em alguma circunstância porque muitas vezes implica parar um ciclo que não está bem, voltar a redirecionar e equilibrar para voltarmos a ter bons pais para melhores filhos. Em termos de acolhimento residencial, apenas e apesar de muitas, foram acolhidas 35 crianças e destas algumas foram por faltas dos sistemas, pois deveriam ter ido para acolhimento familiar, mas como não temos respostas de acolhimento familiar, tiveram de facto, de serem acolhidas residencialmente.-----

Três das situações foram trabalhadas a autonomia de vida; foi um desafio porque foram jovens muito jovens e trabalhar a autonomia de vida com jovens muito jovens é um desafio e um risco, é dizer-lhes: – está aqui, para superares este desafio tens de pagar o quarto, tens de te manter um mês e nós vamos fazer a supervisão e vamos arranjar-te trabalho e vamos integrar-te. Numa destas situações houve um sucesso enorme. Eu costumo dizer à técnica que a jovem parece que se tornou enteada dela, porque de facto, muitas vezes somos paizinhos e mãezinhas quando tudo já falhou. Medida de confiança à pessoa idónea foram aplicadas 7, medida de apoio junto a outro familiar 32. Só para vos explicar que a medida de acolhimento residencial, aliás, as medidas são aplicadas exatamente por esta ordem. Quando intervimos numa situação, o que pretendemos é trabalhar a família, sempre, primeiramente; quando tal não é possível tentamos perceber que família é que há e onde é que há família. Só quando falha também a família é que procuramos pessoa idónea, procuramos relação, alguém que possa naquele momento, naquela fase, acolher e cuidar, autonomia de vida quando já se justifica e na última das últimas situações, o acolhimento residencial quando se trata da única alternativa; ou em primeira, no caso de se tratar de Abuso Sexual (AS) quando o abusador está no domicílio, isto porque, apesar de se trabalhar em articulação com a judiciária, muitas vezes não é possível logo tirar o abusador de casa; e aí a estratégia é contrária, protegemos de imediato para depois haver a intervenção jurídica que tem de haver em termos de crime.-----

Em termos de arquivo liminar, e foi uma das apostas que a equipa fez este ano para sobreviver, como vos dizia há pouco, arquivámos 210 PPP (arquivos liminares) – que agora para grande espanto meu, já não são processos, regras que de vez em quando surgem para se mudar os dados... as regras do jogo. 461 foram arquivados em sede de CPCJ; 33 após intervenção

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

foram remetidos a outra CPCJ porque houve mobilidade do agregado e manteve-se a necessidade de continuar a acompanhar; e apenas 193 foram remetidos ao MP. Aquilo que fazemos sempre que podemos e conseguimos é trabalhar com estas famílias e a última alternativa é remeter ao Tribunal porque sabemos que o trabalho é muito mais afastado e sabemos que muitas vezes é muito mais formal do que aquilo que conseguimos fazer na comissão, mas quando as famílias tomam a decisão de tirarem o consentimento ou não permitirem a intervenção ou não cumprirem as obrigações, lá terão que ser remetidos. Para justificar os motivos de arquivamento, doutra forma, grande parte dos processos que arquivamos em sede de Comissão é porque não há situação de perigo, foi extinto, depois da intervenção; arquivamos porque não há mais nada a fazer depois da intervenção porque está tudo bem. Em 9% porque não se confirmou a situação de perigo; infelizmente ainda há quem brinque com os serviços, por maldade alheia e faça falsas denúncias e falsas sinalizações. Como apesar de muitas súplicas tenham pedido uma bola de cristal e uma varinha de condão, mas como ainda não temos, quando há uma falsa sinalização temos de averiguar e em 40 delas não se confirmou a situação de perigo e as pessoas não têm noção, de facto, do dano que isto provoca nas próprias equipas e na nossa gestão. 44 situações foram arquivadas por ausência de território nacional e 77 por outros motivos, nomeadamente, decisão que nós conscientemente tivemos de tomar sem medo nenhum do encarar e enfrentar: houve muitos processos que por incapacidade técnica passaram os tempos limites sem nós termos conseguido intervir, principalmente processos das escolas, jovens de 16, 17 anos que estão em absentismo escolar e que para nós não são prioritários, passou mais de um ano, nada chegou e nós temos de arriscar e arriscamos sem medo e arquivamos os processos porque temos de sobreviver nesta loucura processual.-----

Em termos de motivos que nos leva a remessa para Tribunal: a ausência do consentimento, os pais não dão consentimento, ainda há mito, a ideia, de que a CPCJ surge para, e serve para, retirar as crianças, e muitas vezes os pais não permitem mesmo a nossa intervenção. Em 20 das situações foi retirado o consentimento, ou seja começou tudo muito bem, mas quando começamos a impor um conjunto de regras e de condições para cuidar, nomeadamente a formação parental, o acompanhamento psicológico, o acompanhamento da alcoologia, o acompanhamento na equipa de tratamento, as pessoas retiram-nos o consentimento e o processo transita para tribunal. Em 22 das situações as pessoas recusaram-se a assinar o

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

acordo, o documento que os obriga a ser melhores pais ou incumpriam em quinze situações. ----

Como de facto o que fazemos é com o objetivo de clarificar, promovemos:

– 9 reuniões da Comissão Alargada – para perceberem, a Comissão Alargada é a Rede de Parceiros do Território (CA), que vos apresentarei mais à frente.-----

– 92 reuniões da CR (Comissão Restrita), ou seja: -----

- 41 ordinárias (que são realizadas semanalmente; nestas reuniões a equipa técnica decide tudo o que há a decidir nos processos, ninguém decide nada sozinho; só em situações de urgência muito grande podemos eventualmente decidir (e normalmente sou eu) com a polícia e no local se tiver de ser. O resto é tudo decidido em equipa!-----*
- 48 extraordinárias: tivemos de fazer 48 reuniões por causa de situações que tínhamos de decidir no imediato.-----*

O que equivaleu a 483 horas de reunião. Vocês não imaginam o que isto implica em termos de atas. Se quiserem algum dia destes ir ver... Não entram na minha secretaria porque não se consegue ver o chão por causa de tanta ata que está por fazer! Mas é assustador como calculam! -----

Fazemos muita questão em fazer a Apresentação Pública dos Dados da Atividade. O ano passado não tivemos o privilégio de vir às assembleias de freguesia, portanto elas não constam ali (na apresentação). Para grande agrado meu, para o ano vai ter também a vinda a vossa união de freguesias, à vossa assembleia, para apresentação dos dados e participamos sempre naquilo que nos pedem com formações ou workshops, porque o nosso objetivo é formarmo-nos e ajudarmo-nos uns aos outros para sermos uma rede cada vez mais eficaz na proteção às suas crianças em que nenhum é mais importante do que ninguém, todos somos fundamentais, somos exatamente uma máquina que tem de estar bem engrenada e em que toda a peça que lá está é fundamental para protegermos bem as nossas crianças.-----

Exercemos a coordenação do Eixo 3 do Plano Municipal Para a Igualdade, Cidadania e Promoção da Dignidade Humana: Prevenção de Maus Tratos a Crianças e Jovens, o que envolve e implica todo o Concelho de Sintra, numa perspetiva muito clara de cada vez trabalharmos mais

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

de uma forma articulada e conjunta. Todos somos fundamentais.-----

Participamos num projeto-piloto – a implementação no seio escolar – o que pretendemos, e foi um desafio ver a nossa comissão agarrar este projeto-piloto a nível nacional de, nas escolas criar núcleos de acompanhamento de crianças e jovens para uma intervenção mais atempada e atuante no risco, para reduzir o número de casos que chegam à comissão e reduzir o número de tempo de vivência no perigo.-----

Dinamizamos várias (como certamente é do vosso conhecimento) atividades no mês de abril em termos do mês da Prevenção dos Maus Tratos. Não posso deixar de aproveitar o momento para agradecer todo o empenho do vosso executivo e da vossa assembleia de freguesia neste mês de abril, que de facto, o objetivo é sensibilizar toda a comunidade e foram feitas imensas atividades ao longo de todo o mês para alertarmos a consciência de cada um como responsável, principalmente nas operações STOP, isso é muito claro, porque as pessoas nem sabem o que é proteger uma criança, nem sabem que têm essa obrigação, nem sabem que são responsáveis quando uma criança é agredida e eles fingem não vêem ou fingem não saber.-----

Fazemos muita questão de ter uma lógica articulada, cooperativa e integrada e estamos em todas as reuniões em que podemos estar. As reuniões de Pedopsiquiatria, a rede de Violência Doméstica que hoje inaugurámos em Sintra no MP, um gabinete de intervenção e de articulação, os núcleos de acompanhamento de crianças e jovens... e continuamos a fazer parte de todas as redes locais de apoio à família. O nosso objetivo claro é estar sempre com todos os grupos que estão no terreno, com todas as entidades que estão no terreno numa perspectiva de rapidamente prevenirmos males maiores e rapidamente intervirmos quando é necessário. Como calculam, isto é um esforço enorme para a equipa técnica, conseguirmos estar em todos, porque todas as freguesias têm uma comissão de acompanhamento especializado, mas é fundamental para o trabalho que fazemos.-----

Isto é um trabalho que só se faz com o apoio de todos, desde o executivo da CMS, às JF, à Segurança Social (SS), à PSP que são muitas vezes, de facto, a nossa salvação em momentos de grande aflição.-----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Todos os projetos em que estamos constituem uma mais-valia para a intervenção. Contudo, continuamos a deparar-nos com muitas dificuldades: as equipas técnicas de muitas comissões ainda não são respeitadas nem atendidas as suas necessidades. Não temos CAFAP, para quem não sabe, são Centros de acompanhamento e aconselhamento parental, todos os pais que não sabem ser pais têm de aprender a ser pais, por isso têm de ser ensinados, por isso existem equipas... que não temos. Não se fazem omeletes sem ovos! É muito fácil acharmos que podíamos ter feito imenso, mas quando não há recursos... não se faz nada! Não há respostas em termos de acolhimento no Concelho de Sintra. Está a ser criado o primeiro espaço de acolhimento, porque todas as nossas crianças ainda têm de ir para fora do concelho; e em termos de autonomia de vida, não temos ainda resposta para os nossos jovens.-----

Precisamos de facto de um maior investimento na esfera da educação, espaços escolares têm que ser espaços com outra dimensão, com outra vida, com outra responsabilidade, mas também sabemos que quem lá está faz o que pode e mais não consegue. Não temos ainda uma rede de proteção à nossa infância e é fundamental que se mantenha a bolsa de creches sociais, porque é através deste Programa que temos garantido que muitas daquelas crianças que estão diretamente com o agressor até aos 3 anos, as creches. -----

Os constrangimentos são imensos, não há equipa técnica que consiga, há uma elevada carga processual. As equipas de terreno de primeira linha ainda demoram muito tempo a enviar relatórios às Comissões. Ainda temos infelizmente uma realidade, em que mandamos um primeiro pedido de informação e ninguém responde, mandamos um segundo e ninguém responde, mandamos uma advertência que se não responderem em quinze dias mandamos o processo ao MP e temos a resposta. E assim se passam meses e a criança está lá em casa. Nós não temos bolas de cristal, precisamos que nos informem do que vêm, do que sabem, do que conhecem, porque quem está com a criança todos os dias é que nos vem dar informação, porque nós não inventamos, nem sonhamos.-----

O trabalho em sede de comissão não é ainda visto como prioritário, continuamos a ter uma bolsa de técnicos, aloca-se ali o técnico, mas quando é preciso... agora vens dar jeito aqui no

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

serviço... e esquecem-se que com isto ficaram vidas de crianças suspensas. Temos uma equipa técnica muito cansada e muito sobrecarregada e todos trabalhamos um bocadinho por amor à camisola. Eu, por exemplo, desde que estou em Comissão, deixei de ter avaliação, porque o SIADAP não permite porque não tenho conteúdo funcional direto, não faz mal... É mesmo o amor à camisola e não é o ordenado... Garanto-vos! A equipa técnica que está por trás de tudo isto e que pintamos estas histórias e que pintamos para que de facto a pintura seja o mais feliz possível. Esta é a identificação da CA, como podem ver têm um representante da UFMMA, a Dra. Vanessa Luz, que é substituída nos seus impedimentos pela Dra. Vanda Pacheco; só para vos dizer que esta comissão é fundamental, esta é a Rede, e depois desta rede vamos encontrando vários parceiros; mas este é o compromisso da comunidade, todos estarmos lá representados para fazermos o melhor pelas nossas crianças.-----

Isto é um apoio técnico (só para refletirem um bocadinho), a equipa e o volume processual (slide 39):-----

– Aqualva 235 PPP e Mira Sintra 45 PPP tem 1 tec. 3xsemana e 1 apoio téc. a tempo inteiro;-----

– Cacém tem 1 tec. ISS e 1 tec. AT (CMS) que regressou agora de licença de maternidade; -----

– Belas tem 1 tec. com 178 processos;-----

– Queluz tem 1 apoio tec. a tempo inteiro e 1 tec. 2xsemana (ACES) – 304 processos, 304 vidas, 304 crianças.-----

– Massamá tem 1 apoio téc. a tempo inteiro e 1 tec. 2xsemana (ACES);-----

– Monte Abraão tem 1 téc. ISS, que poderá deixar em breve deixar de fazer algum acompanhamento se o pedido de substituição avançar, e o último técnico da ISS que fez um pedido foi há três anos e estamos à espera que venha alguém que ainda não chegou;

– A equipa das escolas tem 2 técnicos do ME (dois professores) e agora foi reforçada com um técnico 2 x semana e são 408 PPP.-----

Como calculam, um processo é uma vida, são um conjunto de diligências.-----

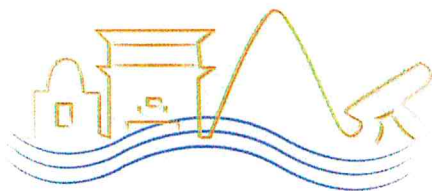
Agora, só para que reflitam... Eu fiz uma conta, porque este ano apeteceu-me fazer contas antes da apresentação pública dos dados, até porque a minha malta queixa-se muito porque não tem tempo para nada. Eu resolvi perceber quanto dias é que tinham para trabalhar. Então a 365

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

dias do ano resolvi tirar os fins de semana e feriados e percebi que tinham 252 dias úteis e, ser boazinha, e deixá-los tirar os dias de férias, pelo que percebi que têm 227 dias para trabalhar. Destes 227 dias partindo do princípio que faziam em média 7 horas, percebi que tinham 1589 horas/ano, se tirar as horas de reunião que são 483 horas, percebi que tinham 1106 h. A média de volume processual é de 200 PPP, então percebi que eles têm por ano 5h para gerir um processo, não podem ir a reuniões, nem a estados de emergência que estão escalados 1x semana (uma rotativa e 1 fixa de urgência), nem podem fazer participações (porque também estão escalados 1 x semana) porque senão já não têm as 5 horas/ano para trabalhar um processo, sendo que muitas vezes, 5 horas/ano é o tempo que estamos a ouvir um pai e uma mãe a dizer um conjunto de mentiras um sobre o outro, até começarmos a desmontá-lo e a fazê-lo perceber qual é a realidade. Portanto, alguma coisa está mal. Só para vos apresentar aqui a equipa toda e os seus nomes. Esta é a equipa, sou a representante do município, estou 5 dias por semana, estou a acabar o meu tempo de mandato, termina em 2021, passarei depois a apoio técnico e aquela fase boa em que só vou gerir processos. Esta é a equipa toda por representantes (slide 40). E agora podem perguntar aqui porque é que não são mais? A lei prevê que cada comissão tenha uma composição obrigatória de cinco elementos, que é:-----

- o representante do município; (que sou eu)-----*
- o representante da Segurança Social;-----*
- o representante do Ministério da educação (3);-----*
- o representante da IPSS (que ainda não temos, temos de resolver, apesar da insistência);-----*
- o representante do ACES (a saúde como sabem não tem enfermeiros, nem tem médicos, por isso temos lá duas enfermeiras 2 dias porque são fundamentais na avaliação técnica que fazem);-----*
- o representante das ONGs (quando têm);-----*

Alguma coisa está mal nesta composição, porque é igual para as Comissões de proteção que têm 20 PPP, 30 PPP ou 2000 PPP. Não se pode dizer que a composição de uma Comissão é de cinco elementos obrigatórios, igual para qualquer comissão independentemente de ter 20 processos ou 2000. Pior ainda era antes, quando tínhamos uma equipa de cooptados que agora não podemos ter. Eu não tenho forma de dizer a uma JF tem mesmo de pôr cá alguém, eu não



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

tenho pessoas. Até porque, isso não está legalmente previsto como uma obrigação em lado nenhum. Esta é uma realidade que é bom percebermos. Estão todos a cumprir, a lei diz para ter lá um representante e têm, não temos é 20 processos, temos 2000; por isso, alguma coisa não está bem efetivamente.-----

A Dra. Sandra Feliciano apresentou um vídeo de imagens recolhidas ao longo de 2018. -

Passo a citar: "Esta foi uma realidade com que nos deparámos: -----

Caso 1 – Fomos chamados a uma ama que tinha num espaço que era uma pequena faixa mínima...o espaço ocupado aqui pela fila do executivo... com 53 crianças em ovos. Chegámos lá e tivemos de tirar, eram 53, estavam dopados o dia inteiro e estavam presos em ovos.-----

Caso 2 – este miúdo foi queimado com uma concha;-----

Como calculam estes miúdos estão totalmente partidos... e estas foram as melhores casas onde entrámos, as melhores!...-----

Esta comida que aqui estava, era comida que estava com larvas e era dada à criança...-----

Posso dizer-vos que algumas destas realidades são crianças que foram entregues para adoção ou que foram abandonadas no caixote do lixo.-----

Posso dizer-vos que algumas destas fotografias foram destas realidades, voltámos a ter uma criança num saco do lixo, uma criança que não estaria cá hoje, se não fosse a intervenção rápida que houve, porque foi encontrada antes de se tentar qualquer coisa contra ela.-----

Podemos dizer que em 2018 voltámos a encontrar tudo aquilo que não esperávamos ver novamente e neste território.-----

Podemos cada um de nós fazer a diferença? Podemos! Porque só todos nós é que conseguimos protegê-los e, de facto, o sofrimento deles não é justo, não é legítimo. Cabe-nos a nós fazer o possível para parar por eles. Nós, continuamos a acreditar, apesar de todos os golpes que vamos sofrendo, continuamos a acreditar que vale a pena pelo sorriso das nossas crianças. --

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) agradeceu à Dra. Sandra Feliciano e à Dra. Paula, a sua presença e apresentação, pedindo desculpas por não a ter apresentado, por lapso, no início da sessão. Agradeceu aos colaboradores, nomeadamente

17

Sede: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá · 2745-872 Queluz ·
Tel.: 21 439 23 31 / 21 438 91 71 · Fax: 21 438 91 70

e-mail: assembleia@uf-massamabraao.pt

Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31 Monte Abraão · 2745-300 Queluz ·
Tel.: 21 437 36 35 / 21 439 08 39 Fax: 21 437 36 60

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

à Dra. Vanessa da Luz e à Dra. Vanda pelo trabalho que têm feito por Massamá e Monte Abraão.-

Confidenciou que todos tinham ficado impressionados com a exposição e queria pedir à AF um agradecimento, sob a forma de uma salva de palmas à equipa, pelo apoio, sentimento e trabalho árduo desenvolvido. Disse ainda não imaginar como chegavam as técnicas a casa após um dia destes. -----

Após uma salva de palmas, **o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. João Vinhas como representante do Sr. Presidente do Executivo.** O Sr. João vinhas apresentou os seus cumprimentos protocolares a todos os presentes. Cumprimentou particularmente as Técnicas Dra. Vanessa e Dra. Vanda agradecendo o seu trabalho e apresentou os seus cumprimentos e agradecimentos a todas as técnicas que faziam parte da Comissão.-----

Salientou que enquanto a Dra. Sandra fez a sua apresentação estava um silêncio na sala... O silêncio que denunciava, em si, que tinha ficado chocado. Referiu que conhecia muito do que aqui tinha sido apresentado, mas sentia que tinha havido um *boom* e que se confrontava todos os dias na junta com situações em colaboração com as técnicas. Realçou que, efetivamente, não fazia ideia como chegavam a casa as técnicas todos os dias... gostaria mas não fazia ideia. Reiterou que estava chocado e prometeu que também ele ia dar o melhor de si e insistir dentro das suas funções para melhorar as condições. Realçou que sabia da falta de meios que não era de agora, era de muitos anos atrás. Enalteceu os técnicos que nesta hora nunca deixam as suas preocupações, eram 24 horas, sobre 24 horas, 365 dias por anos.-----

Disse então que, em seu nome, e como representante do Sr. Presidente da Junta (que como tinha sido dito havia pouco, estava num momento de felicidade porque tinha nascido o Lourenço) agradecia e reiterou a sua disponibilidade para o necessário.-----

Confidenciou que saia dali diferente, porque quando se era confrontado com fotografias e números, com situações destas, ficávamos um pouco mais chocados e frios. Concluiu, afirmando que se tinha de dar uma volta a isto. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Manuel Salvador da Bancada do PS que começou por apresentar os seus cumprimentos a

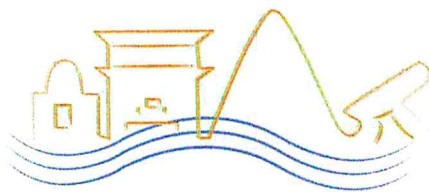
Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

todos os presentes. Começou por dizer que era médico e que tinha trabalhado em Casal de Cambra e que tinha feito parte da rede Social de Casal de Cambra e não se lembrava de lá ter visto uma técnica da CPCJ (entre 2001 e 2006). -----

Disse então, que no entanto, teria de fazer algumas queixas da CPCJ, seria um pouco desagradável, mas teria de o ser. Recordando que, como era sabido, Casal de Cambra era um bairro (na altura) com muitos problemas e teve a sensação que a CPCJ o terá abandonado um bocadinho. Contou então que lhes tinha aparecido uma criança a chorar à porta do Centro de Saúde, já tarde (porque ficava sempre até depois das 20h) e que a enfermeira veio-lhe dizer e pedir ajuda pois não sabia o que se passava; depois de ter brincado um bocadinho com o pequenito (que teria 2/3 anos) percebeu que ele não sabia da mãe, sabia onde morava, mas ninguém lhe abria a porta e uma vizinha tinha então vindo-lhe dizer que a criança tinha sido abandonada; a mãe tinha ido para o estrangeiro. Prosseguiu, contando que tinha telefonado para a GNR e como resposta lhe fora dito que não poderiam ficar ali com a criança, não a iriam prender; ligou então para o Hospital de Loures e depois para o da Amadora, onde um colega pediatra disse que sim que a mandasse, pois recebia-o. Perguntou então, se a criança aparecesse durante a tarde, qual deveria ser o procedimento, se seria contactar a comissão. (A que a Dra. Sandra Feliciano respondeu que sim.) -----

Contou ainda dois outros episódios sucedidos em Queluz, nos Lusíadas: uma criança tinha aparecido violentada com 6 meses (com a vagina muito traumatizada) e foi enviada para o hospital e uma outra que tinha sido abandonada à porta do CS à noite (por volta da 24h), a mesma situação que em Casal de Cambra e que foi enviada para o Hospital Amadora-Sintra (HFF). Perguntou então se estes casos sinalizados pelo colega da pediatria do HFF eram contabilizados na CPCJ de Sintra ou na da Amadora. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Dra. Sandra Feliciano (CPCJ). Referiu então que o Sr. João Vinhas tinha usado um termo que, quem a conhecia, sabia que iria falar. Pediu encarecidamente que não falassem em menores, falem em crianças, porque eles são os nossos maiores; confidenciando que quando em comissão, os técnicos favam em menores, o seu olhar denunciava que estremecia. Acrescentou que era uma questão de nos educarmos, porque eles são os maiores e a própria Convenção é do Direito das Crianças e que a própria palavra «menores» era usada no direito jurídico quando a criança não



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

passava de um mero objeto do direito e cada vez, vamos ter, todos nós de nos focarmos na criança. Saliu a achar importante refletir-se nisto para nos irmos disciplinando uns aos outros, porque eles são um bem maior. Disse ainda que à pergunta como era que iam para casa, tinha de responder que, estranhamente, iam de coração cheio, porque naquela noite estavam muito melhores do que na anterior, porque muito difícil que fosse; acrescentando que era desesperante, sim, que era arrepiante, sim, mas que sabiam que na noite anterior eles tinham estado pior. Saliu a dizer que era isso que lhes valia, saber que alguém tinha feito a diferença na vida deles. Afirmou ainda que, poderia daí para a frente correr bem ou poderia correr mal, mas que lhes iria dar a oportunidade das suas vidas melhorarem dali para a frente. Afirmou que era evidente que havia muitas situações que as tiravam do sério, que as inquietavam, e garantiu que não havia nenhuma receita. Disse ainda que, estando na Comissão, enquanto conseguisse calçar os sapatinhos deles e percebesse o que era que eles sentiam e enquanto lhes pudesse ser útil nalguma coisa e oferecer-lhes um bem maior o faria. Confidenciou que muitas vezes iam cansadas, devastadas de coração apertado, muitas vezes também com a sensação de «ainda bem que estamos lá para fazer alguma coisa por eles». Prosseguiu, dizendo que costumava dizer que os meus filhos tinham crescido em comissão, porque tinha lá estado 6 anos e depois tinha saído e voltado, e estava agora a fazer sete anos; contou que o seu filho dizia: não faz mal não estares em casa mãe, eu sei que estou a dar um bocadinho da minha mãe a quem não tem mãe que cuide dele. Alegou então que era também isso que as enchia: sabiam que também estavam a formar os que lá estavam em casa, a dar-lhes valores e de crença; acrescentando que, de facto, tinha essa recompensa. Defendeu que era importante percebermos que era importante estarmos ali porque alguém não conseguiu de outra forma e que tinham de ensinar esse alguém a ser pai ou mãe de outra forma. -----

Em termos de tempo, referiu que Casal de Cambra era uma das melhores realidades que tinham ao momento, quando me fala pelo menos da equipa técnica, referiu que era onde existia a rede mais sólida em termos de intervenção de primeira linha, muito bem organizada, muito bem estruturada por tudo aquilo que o passado lhe tinha dado. Afirmou que era um território que, de facto, no passado, fez aprender aquele território, que tinha agora a rede de primeira linha mais sólida e eficaz de tal modo que, quando pensava em ter de tirar um técnico era de lá que tirava. Acrescentou que nesse momento tinha um técnico que acumulava com Aqualva, mas que fazia

20

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

atendimentos todas as semanas em Casal de Cambra para as famílias que não se conseguiam deslocar (apesar de muitas vezes a CPCJ pagar o transporte) uma manhã ou tarde, além das visitas que fazia ao longo da semana. -----

Em termos de disponibilidade, e desde que era presidente, havia 6 anos, estava contactável 24 horas por dia, sete dias por semana, acrescentando que estava sempre contactável.-----

Tomou a palavra o Vogal Manuel Salvador da Bancada do PS, que salientou que no CS de Queluz (Lusíadas) não tinham nenhum contacto, tinham o número de telefone da CPCJ e não tinham o contacto de ninguém. -----

Em resposta, a Dra. Sandra Feliciano explicou que apenas o interlocutor a podia contactar e por isso o agente que tinha a dificuldade contactava com o interlocutor (PSP) ou ao oficial de dia e se o oficial de dia não tivesse capacidade de gestão contactá-la-ia, ou mesmo o Hospital da Amadora. Explicou que o procedimento era sempre o mesmo para poder estar descansada e ser chamada apenas quando necessário; realçando que o telefone era mesmo o seu, não era o da urgência, apesar de andar sempre com os dois contactos. -----

Relativamente a quem prevalecia, informou que o determinante era o local de residência da criança; ou seja, quando se conhecia o local de residência a comissão competente era a da área de residência; a não ser como já tinha acontecido, encontrarem-se crianças a deambular na nossa área de intervenção e aí é a comissão que a encontra e tem competência territorial. Informou ainda que o hospital de referência era também o HFF. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal José Dias da Bancada do BE que começou por apresentar os seus cumprimentos protocolares a todos os presentes. Agradeceu à Dra. Sandra Feliciano as suas presença e apresentação muito esclarecedora, apesar de os dados serem um pouco infelizes, mas que iriam tentar dar a volta à situação. Disse então que gostaria de apresentar três ou quatro questões para melhor se inteirar desta problemática.-----

Questionou então se os dados deste relatórios estavam acessíveis em algum lado, ou pelos os números. Perguntou ainda quem tutelava a CPCJ, se era os Assuntos Sociais. Revelando que tinha assistido no dia 2 de maio ao apelo lancinante no Conselho de Segurança do Concelho Municipal de Sintra, do qual fazia parte, e recordando que lá tinha sido focada a necessidade de

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

se formar uma terceira Comissão no Concelho de Sintra, perguntou de quem dependia tal decisão, quem teria de ter essa iniciativa (pois pensava ser do município), questionou ainda se havia alguma coisa em marcha e se estava alguém a tratar do assunto. Solicitou que fosse feito um ponto de situação relativamente à hipotética terceira comissão. Por último, perguntou se as crianças do escalão entre os 0/5 anos, apresentadas na faixa dos vermelhos (muito grave) estavam em casa ou infantários. Relativamente ao problema da CPCJ e ao Programa que dirigia, defendeu que não se podia dizer que fosse este, aquele ou aqueloutro; salientando que para a sua bancada eram todos: recursos, meios, instalações, tempo; um pouco todas as valências. -----

Tomou a palavra da Dra. Sandra Feliciano (CPCJ). Relativamente à disponibilização dos dados, informou que iriam estar disponíveis, pois iria fazer chegar um *powerpoint* com a apresentação à Filipa Friaes e esta encaminhá-los-ia a todos os vogais; acrescentando que a mais-valia dos mesmos era poder tê-los ao dispor para reflexão e tentar perceber qual era o caminho. -----

Em termos da tutela, declarou que as comissões não tinham tutela, tinham autonomia funcional prevista pela Lei, eram uma representação da comunidade com o objetivo claríssimo, de assumirmos todos (comunidade) a responsabilidade que temos sobre as suas crianças. Resumindo, afirmou que costumava dizer que não tinha tutela, tinha autonomia funcional. Explicou então que a Comissão Nacional que dava orientação técnica às comissões tinha uma tutela: a Segurança Social, mas que as comissões têm autonomia funcional. Defendeu que isto era a essência do sistema, era a comunidade que as geria, era a comunidade que decidia e salientou que estaria lá enquanto fosse a comunidade a decidir e sairia quando a comunidade decidisse, porque a comissão tinha uma representação alargada e isso é que era a essência de facto de proteger as nossas crianças e não haver uma orientação formal ou informal que iam variando. ----

Em relação ao Conselho de Segurança, reiterou o que havia dito que esta era uma luta que sentia que era só sua e da sua equipa. Salientou que tudo isto implicava muitos gastos, muita despesa, e implicava muita coisa... pelo que afirmou: «*Não acredito que vamos conseguir!*» Afirmou que vinha a lutar por isto havia algum tempo e que, de facto, tínhamos um executivo muito disponível para isso, tal como fora perceptível no Conselho de Segurança, mas que ela, pessoalmente, não acreditava que iriam conseguir a Terceira Comissão; até porque quando

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

tiveram o Dr. Armando Leandro na presidência da Comissão Nacional, que defendia que sim, que as comissões deveriam ser sempre divididas para, por um lado, se tornarem o mais possível de próximas, e por outro lado, nunca terem serviços de grandes dimensões, tal não aconteceu. Reiterou que nesse momento não acreditava que fosse haver esforço ou vontade de uma terceira comissão e reafirmou que iria levar esta luta enquanto pudesse porque era desumano, aquilo que as faziam passar, era desigual aquilo que a Constituição previa e portanto ou alteravam a Lei ou criavam mais uma comissão. Defendeu ainda que, tal como o presidente tinha uma cláusula exceção que dizia que nos municípios com mais de x habitantes o presidente tinha de estar a tempo inteiro, também as comissões de grande volume processual deveriam ter uma cláusula: as comissões com mais de mil processos tinham de ser repartidas ou a própria constituição da equipa técnica duplicava. Concluiu que, portanto alguma coisa teria de ser feita. Afirmou que lhe parecia que iria ser a música dos próximos anos e esperava estar enganada. -----

Relativamente às crianças dos 0/5 anos, disse que estavam em casa e que essa era a grande angústia da Comissão; reafirmando que eram muito poucas as sinalizações que chegavam dos jardins-de-infância, principalmente dos privados (aí era dramático!), pois nem faziam sinalização nem tão pouco davam resposta aos pedidos de informação; acrescentou que muitas vezes só o faziam perante o facto de um confidencial (que se não respondessem ia para tribunal). Informou que essas crianças estavam em casa, muitas vezes desprotegidas, daí, a necessidade de a comissão, muitas vezes as integrar de imediato e de ter respostas imediatas. Salientou que tinham situações em que diziam: ou entra de imediato no jardim-de-infância ou não pode continuar em casa. De novo, reiterou que tinha de haver respostas, que não podiam afastar a criança de um agressor, do seu meio só porque não havia uma resposta; acrescentando que isto era dramático. Esclareceu que, felizmente, têm conseguido encontrar respostas, às vezes a pedinchar imenso, mas era sempre uma luta; explicando que muitas vezes aplicavam apoio económico para os cuidadores poderem custear essa despesa quando não havia vaga nas instituições da Segurança Social ou da Câmara, mas que era sempre uma dificuldade, porque normalmente estavam em casa com os agressores. -----

Relativamente a recursos e instalações, afirmou que já tinham estado pior. Salientou que já tinham estado em instalações piores, que tinham conquistado as atuais há uns anos atrás e que de repente se tinham tornado pequenas. Salientou que, de facto, as instalações não eram o pior, e

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

que nem se podia queixar, pois estava sozinha numa sala; a equipa técnica tinha mais dificuldades porque estava toda na mesma sala e às vezes nem conseguiam pensar porque estava toda a gente a falar, um ao telefone, outro a trocar ideias... mas não era, de facto, dramático, acrescentando que, o problema era não comportar muito mais e portanto, ou se dividia a comissão ou se arranjavam novas instalações. -----

Relativamente aos recursos, afirmou que essa era a realidade da comissão havia muito tempo e que iam sobrevivendo, umas vezes com maus momentos outras com bons, mas sempre com muita crença de que valia a pena o que faziam, com receios, com medos, com riscos, às vezes errando, às vezes tendo percas que não gostariam de ter. Confidenciou que em 2018, tinham perdido 3 crianças (mortes que não podiam ter evitado), mas que não tendo acontecido por negligência da comissão, tinham acontecido. Disse ainda que no presente ano já tinham perdido mais uma criança (uma das que estava na ama) e um bebé com dez dias por homicídio, sufocado durante a noite numa cama por um cuidador, mas que não havia nada a fazer porque este bebé ainda não tinha chegado à comissão; o que era dramático; além de que naquela casa existiam mais crianças sobre as quais tinham de decidir. -----

Concluiu, afirmando que mesmo com estas faltas todas, não eram insatisfeitas, agradeciam a capacidade que tinham de resiliência e de acreditar que valia apenas o que faziam e, se tinha havido crianças com que já tinham chegado ao hospital em fim de linha e se tinha havido momentos em que lhes tinham dito ainda bem que chegaram a tempo, era isso que as fazia acreditar. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal David Silva da Bancada do PS que começou a sua intervenção apresentando os seus cumprimentos protocolares aos presentes. -----

Agradeceu a apresentação e o trabalho desenvolvido, dizendo achar que a única forma que existia de eventualmente as recompensar era dizer um obrigado e nada mais. Disse que tinha trazido algumas questões, mas que estas tinham vindo a ser respondidas ao longo da apresentação e que a maior parte delas baseava-se em porquês, até porque era pai de duas crianças. Afirmou que não as iria fazer porque não ia entender, nunca iria entender o porquê de se fazer isto a crianças. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Declarou que iria debruçar-se mais em questões técnicas, dúvidas que restaram da apresentação. Disse ainda que, independentemente dos resultados no nosso território não serem os piores, considerava que eram números que os devia levar a refletir bastante. Clarificando que estava nesta função havia pouco tempo, explicou que tinha sido a primeira vez que tinha assistido a uma apresentação da CPCJ e, não diria que estava chocado, porque no seu círculo pessoal tinha amigas que eram assistentes sociais e trabalhavam em casas de acolhimento e, portanto, diariamente tinha contacto com este tipo de histórias de crianças, pelo que ia ganhando alguma bagagem em relação a esses temas. -----

Referiu então que o único porquê que colocava advinha de ter verificado que no início da apresentação tinha sido referido que tinha ocorrido uma inversão dos casos e que, de repente, nos últimos dois anos os números tinham voltado a aumentar. Perguntou então, se havia alguma justificação para isso ou se a CPCJ conseguia encontrar alguma relação ou causa para esse efeito. -----

Relativamente à questão dos arquivamentos, perguntou se de alguma maneira a Comissão conseguiria continuar a seguir alguns casos ou se perdia, ou não, totalmente o contacto com as crianças. -----

Em relação ao consentimento dos pais, tendo em conta que na maior parte dos casos os pais se demitiam das próprias responsabilidades, perguntou se este consentimento era obrigatório em todos os casos. -----

Questionou ainda se, quando a Dra. Sandra falava em dividir a CPCJ em três unidades, era relativamente à Comissão de Sintra ou se era apenas a de Sintra Oriental. -----

No que se referia aos casos das crianças dos 0/2 anos (e confidenciando que ali sim, tinha ficado um pouco abanado) solicitou que lhe fosse dada uma ideia de como se atua e como se resolve. -----

Para concluir, e por curiosidade, perguntou relativamente ao caso de Mira Sintra, que tinha muito poucos casos, como o justificava, se era devido ao bom trabalho, tal como tinha focado o caso de Casal de Cambra ou se haveria alguma outra razão para esses resultados serem tão baixos. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Dra. Sandra Feliciano (Presidente da CPCJ Sintra). -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Começou por dizer que relativamente ao motivo da inversão dos números nos últimos anos não conseguia encontrar o motivo e defendeu que não se devia procurar explicações a metro porque era perigoso demais. Salientou que se tentava tantas vezes explicar os números com tão poucos dados que poderia correr mal; corria-se o risco de, nomeadamente, perverter a realidade e a leitura que se devia fazer dela. Explicou que havia anos em que realmente se poderia dizer: «Ok! Aumentámos a formação dos técnicos, estes estão mais formados, sinalizam mais.» ou pelo contrário: «Se os técnicos estão mais formados deveriam sinalizar, menos!», porque intervêm mais rapidamente no risco logo diminui o número de sinalizações. Referiu então que, nos anos em que se aumentava a formação e se intensificava a formação, se questionava se isso ajudaria a afinar mais o olhar e sinalizar mais ou menos. Explicou que os anos em que existiam picos de sinalizações eram anos em que tinha acontecido algum tipo de tragédia divulgado na comunicação social que envolvera a perda de uma criança; o facto era que, depois de haver divulgação nos órgãos de comunicação social da perda ou de uma fatalidade com uma criança, havia um aumento incrível de participações. Concluiu então a Dra. Sandra que isto já não tinha nada a ver com o primeiro raciocínio que se poderia fazer, que tinha a ver com mais formação; reiterando que não estava estudado e que achava que podia ser muito perigoso avançar com meras teorias. Disse então que às vezes achava que era porque estávamos todos mais atentos, quando começava a olhar para outros dados (por exemplo o motivo do arquivamento) e via aumentar o número de situações não confirmadas. Disse então que estávamos todos muito mais perversos, que se usava a comissão (porque se começava a conhecer a comissão) para outros fins, que havia pais a acusar o outro de AS para inibir uma responsabilidade parental; portanto era difícil fazer uma leitura e que achava que acima de tudo – depois do que tinha assistido na semana passada – era cada vez mais perigoso nos preocuparmos muito em querer baixar os dados porque lá estavam vidas de crianças. -----

Relativamente ao arquivamento, explicou que depois não eram seguidos, que depois de terminada a intervenção, se a situação estava bem, a comissão saía do terreno, e muitas vezes, o que fazia era pedir o acompanhamento da primeira linha formal ou informalmente. Salientou que quem tem de fazer o acompanhamento é a primeira linha porque a comissão já estava a princípio a subverter o sistema pois não era suposto acompanhar famílias. Explicou que a lei criava as comissões para serem órgãos deliberativos para projetos de vida, ou seja verificar quais eram as

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

obrigações, quem eram as entidades que as iriam acompanhar – o acordo de promoção e proteção era assinado por toda a gente e as entidades é que as iriam acompanhar no terreno. Explicou ainda que o que acontecia no nosso terreno é que não tendo essas entidades de primeira linha a acompanhar, tinha de ser também a comissão a acompanhar durante o percurso do PPP; defendendo que não deveriam, porque as comissões eram uma entidade deliberativa de um projeto de vida e não uma entidade de acompanhamento que deveria ser a primeira linha. Referiu então que, havendo esta falha nos recursos, para haver mudança, tinham de acompanhar e para acompanhar não havia lá mais ninguém, tinham de ser as técnicas da comissão; acrescentando que muitas vezes era complicado e que muitas vezes não acompanhavam nem um terço daquilo que queriam, porque era humanamente impossível. -----

Contou que muitas vezes as técnicas lhe diziam: «Oh chefe, este é assim, este é assim... Para onde é que eu vou?» e portanto tinha de fazer uma escolha «*Quais são as idades? Qual é a problemática? Ok! Vai a este e este. Tem medida aplicada? Está alguém a acompanhar? Então vai lá ver.*». Saliu que era assim que andavam... que era a loucura... e que até achava que seria muito interessante por experiência de vida tentarem perceber de facto o que era uma comissão e o que era estar numa comissão. Garantiu que as pessoas não tinham ideia do que era uma comissão e que era muito fácil achar que a comissão falhava, esqueciam-se era de que quando falhava não era a comissão, éramos todos nós, porque a primeira linha tinha responsabilidade, depois tinha a comissão e depois o tribunal... e os vizinhos tinham responsabilidade e a família tinha responsabilidade, a comunidade tinha sempre responsabilidade. Afiançou que era muito difícil seguir os processos arquivados e a comissão não conseguia; acrescentou que havia situações que, por algum envolvimento, a comissão acabava por perceber o que ia acontecendo. Contou então que ainda no dia anterior tinha sabido como estava uma fratria sobre a qual tinham tido de tomar uma decisão mais complicada, pois muitas vezes tinham ecos da assessoria do tribunal. Explicou ainda que, nomeadamente famílias que vão para a comunicação social e dizem quinhentas mil mentiras (porque a comissão não podia falar, não esquecer!) porque sabem que ninguém pode ir dizer a verdade (senão não diziam o que dizem) e até porque ninguém vai para a Comunicação social dizer mal de si próprio, depois vinham a ter ecos do tipo: «*Olha os miúdos foram abandonados na instituição... nunca mais apareceu!*».-----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente ao consentimento dos pais, disse que sim, que era sempre necessário, pelo menos de um dos pais (art.º 9) para iniciar a avaliação e depois do outro se não fosse possível localizá-lo de imediato; a não ser que houvesse perigo eminente para a vida da criança e aí era possível aplicar um procedimento de urgência sem o consentimento dos pais (art.º 91), sendo que este tinha de ser comunicado ao tribunal em 48 horas. Contou ainda que um dia destes tinha tido uma situação em Monte Abraão, com duas crianças, que depois se tinham vindo a aperceber de que afinal eram quatro, mas que à partida eram duas de muita tenra idade sozinhas em casa com uma janela aberta, representava um perigo enorme e por isso tinham articulado com o MP, chamado a polícia e entrado no domicílio (foi aplicado o art.º 91), pois era uma situação de emergência; explicando que aí não foi preciso o consentimento dos pais, pois sobrepunha-se a necessidade de intervenção imediata para proteção das crianças. Salientou que todas as outras as situações implicavam o consentimento e o envolvimento, pois só se consegue trabalhar com os pais se estes o permitirem, se autorizarem e se lhes fizer sentido, senão não se consegue a mudança. -----

No que se referia à questão sobre a divisão da CPCJ explicou que a sua visão era dividir o Concelho todo, a sua lógica era que não fazia sentido termos duas mas sim três comissões; acrescentando que eventualmente cada uma das técnicas abdicaria de dividir a área, até porque a Comissão de Sintra Ocidental também tinha um elevadíssimo volume processual, sendo a segunda maior a nível nacional. Em jeito de desabafo, referiu que este ano tinham resolvido mudar as regras do jogo e tudo o que era arquivo liminar ou remessa a outra comissão ou tribunal não contava... Acrescentando que não lhe tinham conseguido ainda explicar porque não contava! (*São outras questões que não vamos agora chamar para aqui!*). Reiterou que o volume processual de Sintra (quase 4000 nas duas comissões) justificava que se dividisse o concelho em três e não em duas comissões. -----

Relativamente à atuação e resolução de casos de crianças na faixa dos 0/2 anos, explicou que dependia da situação, do que tinham pela frente, dependia do que encontravam. Contou que há dias tinham tido uma situação em que a mãe se barricou com a criança num jardim de infância, estava em surto psicótico. Salientou que existia, de facto, uma dificuldade enorme: a saúde mental; e muitas dificuldades de intervenção nestas crianças quando havia problemas de saúde mental; era muito difícil... dependia da situação. Explicou que se tivesse um AS de uma criança de

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

2 anos, intervinha-se de uma maneira, se tivesse um de uma criança (como tinham ao momento) de 8 meses internada no Hospital de Santa Maria com algumas lesões graves iria intervir de outra, porque não se violenta um bebé que se estava a cuidar e não se manda um bebé contra uma parede. Concluindo, disse que dependia da situação, dependia das famílias, das estruturas das famílias e da sua capacidade das famílias e dependia da rede de retaguarda da família. Esclareceu que o tentavam sempre, quando eram crianças muito pequeninas, era chamar à responsabilidade da família, os avós, os tios, quem lá estava, porque eles é que estavam próximos; reiterando que tinham sempre de os envolver nos acordos e nesta responsabilidade de cuidar dos seus, da família, pois de outra forma não era viável. -----

Relativamente a Mira Sintra, esclareceu que esta tinha outra realidade completamente diferente de Casal de Cambra, pois era muito pequena, tinha uma zona de comunidade no Bairro da Fundação, uma zona de comunidade cigana, onde praticamente não tinham problemas porque estava trabalhada por uma instituição implementada na comunidade havia muito tempo, e tudo o resto, maioritariamente era população mais idosa, portanto não havia de facto volume processual. Informou que se desenvolvia um trabalho local e que havia pouca população de idade infanto-juvenil e, de facto, intervinham rapidamente nas situações que pudessem encontrar, o que era completamente diferente de Casal de Cambra, em termos de território. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Luís Fernandes da Bancada do CDS que iniciou a sua intervenção apresentado os seus cumprimentos protocolares a todos os presentes. Explicou então que a sua intervenção não era tanto perguntar à Dra. Sandra sobre a dinâmica da comissão mas sim querer saber sobre algumas coisas que tinha dito com a mágoa que lhe costumava ouvir nas suas intervenções, mas que achava que essa mágoa se tinha de transformar numa palavra de contestação. -----

Defendeu que a questão básica que se tinha ali era que tipo de sociedade temos, mormente o território Sintra, que não podia ser comparado com outros territórios, pois tinha as suas particularidades, com freguesias com mais de duas dezenas de etnias que logo aqui fazia nascer um sintoma de barril de pólvora, naquilo que era o convívio de culturas diferentes e portanto essas culturas iam desaguar na maneira como as famílias se posicionavam na sociedade. Salientou que não estava a dizer nada que não fosse real e era algo que ninguém

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

podia contestar. Explicou que a sua esposa era professora primária e que costumava dizer que a cada novo ano letivo mais problemas de socialização encontrava nas crianças que para lá iam. ----

Realçou que, para si, a questão fulcral era entender o que era que a administração central e a autarquia faziam para ir ao encontro das necessidades que a Dra. aqui tinha mencionado, para que houvesse meios mais adequados e mais rápidos de intervenção face àquilo que aqui tinha sido dito. Disse ainda que acreditava que nem tudo a comissão soubesse, porque se passavam muitas outras coisas neste território que nem sequer lhe passava pelas vistas nem às suas colaboradoras, pois algumas nem sequer estavam registadas. -----

Perguntou então o que se passava; recordando que há alguns anos que a ouvia e que já a ouvia havia algum tempo e verificava que o «estado da arte» se mantinha quase igual. Afirmando que o voluntarismo da Dra. Sandra e o das suas colaboradoras era inequivocamente de aplaudir, mas verificava-se que não havia apoio adequado para fazer face a este problema. Defendeu então que, portanto era muito bonito todos ali valorizarem o trabalho, mas perguntava onde estavam as soluções e onde estava da parte da administração central (não era apenas do atual governo, mas também dos outros) uma alteração que permitisse que instituições como a CPCJ tivessem de facto condições para fazerem face a este problema. -----

Argumentou que, em abono da verdade, muitas vezes olhávamos para o lado, cada um tinha os seus problemas, as suas dores... revelando a sua admiração ao aperceber-se que os vizinhos já começavam também a denunciar as situações, pois via muitos vizinhos que ao verem um idoso cair, passavam ao lado e nem perguntavam porque tinha caído, o que acontecia infelizmente com alguma frequência. -----

Defendeu que o que se passava aqui, na essência era isto, e apelando a que a Dra. Sandra respondesse com coragem, perguntou o que achava que deveria ser feito pelas entidades que tinham essa responsabilidade; porque quando dizia que todos fazíamos parte da solução, concordava em absoluto. Afirmou que, tal como dava apoio à filha e à neta, também dava apoio, naquilo que podia, como podia e onde podia nessas situações, mas que também era preciso ver que as entidades oficiais nos seus vários patamares de responsabilidade tinham de alterar as situações. Defendeu que se era preciso mudar as leis, que se mudasse; argumentando que quem estava a sentir estas situações, como era o caso da Dra., era quem tinha de ser o porta-voz das

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

soluções e então vir ter com os eleitos, que com certeza a iriam defender dentro das suas possibilidades, dentro das suas competências como autarcas. Acrescentou que, se essas soluções tendiam a responder mais depressa a essas crianças que estavam a sofrer, então os vogais iriam ver quais são eram as soluções para que assim a pudesse auxiliar (e não passar a vida a dizer fantástico, vocês são maravilhosas), e aí fariam o que pudessem. Declarou perentoriamente que não chegava o que estava a ser feito, era preciso fazer muito mais. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Dra. Sandra Feliciano (Presidente da CPCJ Sintra) que começou por dizer que Sintra era efetivamente um território muito desafiante e não se podia sequer achar que não era, pois quer pela extensão, quer pela dimensão, quer em termos de escassez de recursos, era um território absolutamente desafiante. -----

Salientou que era um território em que existia ainda muito desenraizamento. Contou que tinha ainda muito miúdos que, quando a CPCJ estava a trabalhar com eles, verificava que queriam voltar para o seu país de origem, que não queriam estar aqui, queriam pais que não tivessem de trabalhar às 5h da manhã e “até às tantas” da noite. Referiu que os filhos não viam as mães, não os pais, começavam a ter saudades de outras vivências e começavam a tomar aqueles comportamentos e aquelas atitudes porque queriam voltar para o país de origem, não queriam cá estar. Salientou que havia de facto esta dificuldade e que eles não tinham culpa; acrescentando que costumava dizer que à nascença, tirando especialidades, não nasciam com defeito, era o contexto social e aquilo que estava à volta deles que os tornava melhores ou piores e que havia muitos miúdos que sentiam que tinham vindo na expectativa de um país melhor e estavam sozinhos, mas também não se podia culpar os pais que estavam a trabalhar, porque tinham efetivamente que trabalhar, da mesma forma que ela mesma estava a trabalhar e os seus filhos estavam em casa. Disse ainda que, depois, também não tinham capacidade, instrumentos e ferramentas para os conseguirem compensar e fazê-los perceber porque era que não estavam lá em alguns momentos. -----

Reforçou a ideia de que a responsabilidade era da comunidade, não era do estado. Relativamente ao que estava mal na Lei, disse que identificava muita coisa e que não tinha medo de falar porque efetivamente quem a conhecia sabia que dizia e dizia-o porque estava de coração naquilo que fazia e dizia porque não lhe interessava nada do resto: das leituras, das

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

interpretações, das utilizações que pudessem fazer. Garantiu que o dizia por eles e para eles, pelos nossos miúdos. Defendeu que o que precisava efetivamente de ser mudado era a lei! Acrescentando que já tinham sido feitas cinco revisões à lei. Perguntou se sabiam em quantas tinham sido ouvidas e informou que apenas o tinham sido em uma. Realçou que ia haver uma próxima que ia mudar coisas sérias e que ninguém as tinha ouvido. Defendeu que lhe parecia que deveriam ser chamadas a este processo, que lhe parecia que as pessoas que estavam no terreno deveriam ser ouvidas. Recordou que passava o tempo a dizer «*Eu tenho autonomia funcional, eu não tenho tutela!*» e quando lhe diziam «Manda-me de imediato estes dados!» respondia «De imediato? Mando quando eu puder!» porque se tivesse uma criança que tinha sido batida ou maltratada essa era a sua prioridade, quem quisesse os dados teria de esperar. Reafirmou que, de facto, não estava em bons lençóis e sabia-o, mas ninguém a calava enquanto ali estivesse porque estava ali por eles e por mais nada. -----

Recordou que tinha estado no Encontro Nacional, onde mudaram as regras do jogo, como tinha dito há pouco, e que eram seiscentos e muitos comissários que não tinham sido informados de nada e ninguém tinha aberto a boca, sou ela. Reiterou que alguém lhe tinha de explicar como era que se mudavam as regras do jogo, como era que se deixavam de contar processos. Explicou então que, se os vogais fossem ver os relatórios oficiais, tinha apenas 1590 PPP, porque os arquivos liminares e os transitados não contavam. Perguntou então «*Como não contam?*»; explicando que um processo que tinha sido seu de janeiro a novembro, a família tinha ido para a Amadora, então o processo contava para a Amadora e não contava para si. Salientou que não queria saber que metas tinham, pois a verdade era que estavam ali crianças e a verdade era que a sua preocupação tinha sido a vida daquelas crianças. Indignada, salientou que quando acontecia alguma coisa apontavam-lhes o dedo de forma bem forte; acrescentando que ainda bem que apontavam, era para aprenderem, para melhorarem. Reiterou que não tinha medo nenhum, que só esperava não falhar em nenhuma intervenção. Garantiu que tinha muitas vezes muito medo de tomar determinadas decisões, decisões que ninguém imaginava que tinham de as tomar, mas a verdade era que podiam correr bem ou mal (e felizmente, as coisas iam correndo bem); e queria ver quando alguma corresse mal, quem estaria do seu lado; afirmando que, desde que estivesse a sua equipa, estaria bem. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente à autarquia, costumava dizer que era uma privilegiada, ou porque era muito chata, ou porque ninguém a aturava, ou porque acreditavam nela. Disse ainda que, em verdade, em termos daquilo que queriam nesse momento já tinham, explicando que não tinham carro e agora já o tinham; acrescentando que andava a chatear pouco e estava havia um ano sem motorista, mas como conduzia, também não era um grande problema. Esclareceu que não podia queixar-se porque tinham ouvido as suas reivindicações. Disse que estava crente que, de facto, a autarquia estava ciente dos problemas e que esperava dizer isto também na assembleia municipal (estando à espera de ir, pois este ano ainda não tinha sido convidada para tal... se calhar falava muito!) e esperava que não se esquecessem que as crianças é que importavam. -----

Reiterou que estava ali enquanto cidadã e enquanto crente de que tinha de se fazer qualquer coisa para não haver mais fatalidades, porque não era justo todos os dias ser mergulhado na água da banheira (porque no dia a seguir não deixa marca); porque não era justo ser amarrado, braços e pernas, ser espancado e durante uma semana não ir à escola para ninguém ver; não era justo ser deixado à fome numa cave escura dias e dias e dias... e nós a acharmos que isto era só nos Estados Unidos. Reafirmou que enquanto isto acontecesse, estaria cá, mas salientou que tinha imenso apoio. -----

À pergunta do que faltava respondeu: consciência. Recordou que a CMS tinha de ter um representante que era ela e, neste momento tinha cinco técnicos. Contou que há quatro anos tinha tido um AVC (porque se tinha levado ao limite) e as coisas não tinham corrido lá muito bem pelo que a Comissão disse que iria reforçar a sua equipa, iria abrir concurso para quatro pessoas, mas... perderam-se no caminho. Reiterou que continuava a dizer que não tinha quatro pessoas, que não tinha equipa técnica e depois quem estava cansava-se, as pessoas que estavam há mais tempo estavam cansadas, pois isto esgotava a equipa, porque nem sempre acreditava e nem sempre era possível aguentar e porque muitas vezes... confidenciou que as pessoas diziam muitas vezes que não a entendiam. -----

Disse então: *«Sou funcionária da Câmara há 25 anos, estive congelada, recebo por mês 1100€, não tenho subsídio de risco, a isenção de horário não é paga, não recebo horas; o meu horário é até às 17h30. Estou aqui porque quero. Estou aqui porque entendo. Quando estou de urgência até às 2h, 3h, 4h, 5h da manhã, eu e a minha equipa estamos porque queremos e muita coisa podia ter sido mudada, mas a verdade é que não foi! Vou-me queixar? Não! Eu não estou cá*

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

por isso. Eu estou cá porque acredito, se alguém um dia tiver consciência e mudar, será bom! Até lá, continuo a fazer aquilo que acredito. Todos andamos aqui com uma missão, e a minha possivelmente será esta e ver muitas vezes a diferença que é e sentir aquilo que é: "Nunca tive um abraço como o teu!" e "Queria ter alguém que cuidasse de mim como tu tens." e ver um chão encharcado e alguém dizer: "Não me deixem ir para casa porque eu não aguento mais a forma como sou batido." -----

Referiu que também tinham tido apoio de algumas JFs, duas juntas tinham contratado técnicos para a comissão, dizendo que, se calhar estes apelos valiam a pena, pois a JF de Aqualva e Mira Sintra há dois anos que tinha contratado um técnico a tempo inteiro para a comissão, após um tempo de muito sufoco, de um apelo por parte da comissão, fora feita essa contratação. Informou ainda que Cacém São Marcos tinha um técnico 4 dias por semana na Comissão e era isso o que lhes valia, e valia porque estavam ali todos e a iam ouvindo a reclamar, mas que tinha muita coisa boa. -----

Salientou que há uma ano atrás surgiu algo urgente, uma verdadeira loucura, tinham de encontrar uma mãe que se ia matar no dia do sexto aniversário da filha, e que estava montada uma verdadeira loucura, pois alguém lhes tinha dito que ela ia cometer suicídio e que era naquele mesmo dia, pelo que tinham de a encontrar. Afirmando que tinha sido a maior loucura que já tinha feito, mas que a tinha encontrado; salientou que apesar de toda a loucura, ver a miúda e a forma como aquela mãe conseguia ser agora cuidadora, depois de tudo o que tinha passado (tinha descoberto que o padrasto abusava daquela criança e tudo e mais alguma coisa)... ver aquela mulher cuidar daqueles filhos como cuidava e a forma como enfrentava a vida toda sozinha, garantia que valia a pena acreditar. -----

Concluiu, dizendo que era um território que não tinha efetivamente respostas: com os CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) não havia acordos, tinham alguns bons trabalhos a serem feitos e esperava que viessem a ser reconhecidos e que a Segurança Social (SS) fizesse os acordos de cooperação, tinha ainda uma pessoa muito especial que era da Criagente – uma associação que estava a trabalhar muito bem neste território e que estava de facto a tentar fazer tudo pelo território – mas que estava a precisar que a SS olhasse para eles e dissesse: é isto, vamos apoiá-los, porque senão as pessoas não conseguem. Afirmou que, de facto, neste território havia coisas muito boas e a Criagente era formada por pessoas que

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

acreditavam imenso em tudo isto e que esperava que os decisores viessem também a acreditar neles para terem respostas no terreno. Terminou; reiterando que enquanto não houvesse respostas no terreno – o que não cabia à CPCJ – nada iria mudar! Realçou que iriam continuar a ouvi-la pelo menos mais um ano, porque depois passava a apoio técnico e quem quisesse que viesse chatear os outros. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Vogal Antonieta Rosa da Bancada do PS. Começou por apresentar os seus cumprimentos protocolares a todos os presentes. -----

Realçou que esta era informação muito privilegiada, sobretudo neste contexto, enquanto órgão colegial, pois tendo conhecimento da situação, também poderiam fazer algo, elevar as suas vozes (e isso era o que interessava) para que alguma coisa fosse mudada. Salientou que os números do Concelho de Sintra em geral eram assustadores, salientando que, na verdade, era sabido que o concelho tinha uma ação muito centrada e focada na vertente da ação social. Realçou que era um pelouro que efetivamente vinha a trabalhar muito com organizações e agrupamentos tutelados por várias organizações, sobretudo no que tocava a questões de violência. -----

Recordando que aqui se estava a falar especificamente da violência sobre a criança e que se estava a ver que, efetivamente, não obstante a existência de várias organizações e apoios, havia na verdade uma grande lacuna, que embora se pudesse dizer que era também da responsabilidade da comunidade (revelando a sua concordância com a Dra. Sandra), esta não podia deixar de ser sobretudo das entidades locais. -----

Relativamente ao número de processos, recordando que em Massamá Monte Abraão existiam 313 PPP, disse que gostaria de saber de que tipo de processos se falava maioritariamente, se de abandono de crianças ou se maioritariamente tinha a ver com violência (doméstica, abusos sexuais ou outros maus-tratos físicos). -----

Recordou que Dra. Sandra tinha dito que não havia espaços de acolhimentos. Relativamente à questão do acolhimento (e sendo do conhecimento de todos que existiam em Sintra espaços para acolhimento de vítimas de violência doméstica: casas de abrigo para acolher famílias temporariamente), disse que, talvez relativamente à criança estivessem agora a tomar conhecimento da situação. Disse então que gostaria de saber se havia ou não espaços de

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

acolhimento para crianças porque a Dra. Sandra até tinha dito que muitas vezes tinha de recorrer a espaços fora do Concelho, o que considerou ser muito preocupante, quando se tinham problemas e não existiam condições mínimas de acolhimento do tipo de primeiro-socorro. Reiterou que era uma questão muito preocupante e agradeceu a informação, salientando que no seu caso (além de vogal na AF, tinha também voz na Assembleia Municipal) enquanto deputada municipal era muito importante ser detentora desse conhecimento, do que se passava não só na freguesia, mas também no município de Sintra. -----

Relativamente à questão da tutela, e ao referido pela Dra. Sandra Feliciano, que em termos funcionais tinha autonomia, isso significava que não tinha uma tutela direta nem a nível local, muito menos ao nível central. Perguntou então o que a Dra. (uma vez que tinha todos aqueles problemas e nomeadamente ao nível do acolhimento) achava e o que era que se tinha feito ultimamente no sentido de se fazer uma exposição (porque esta situação também deveria ser do conhecimento da CMS, porque a Dra. era representante da Câmara de Sintra na Comissão). -- Concluiu, perguntando o que se tem feito e o que se pensava fazer em termos de acolhimento no sentido de dar uma resposta, ainda que esta não fosse uma resposta total, mas o mínimo para que se pudesse proporcionar o acolhimento de emergência. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Dra. Sandra Feliciano (Presidente da CPCJ Sintra). -----

Em resposta, afirmou que tal como a vogal dizia, de facto, era uma responsabilidade compartilhada entre entidades, entre estruturas e entre serviços, clarificando que essa era a essência do sistema; que era haver um fundo de responsabilidade quer das entidades, quer das instituições, quer do poder (ex. das JF) e era tudo isso que os unia. Defendeu que ainda bem que a essência do sistema ainda era essa porque muito se iria perder quando deixasse de acontecer, se algum dia deixar de acontecer. -----

Explicou então que que, em termos de tipo de processo, a predominância em Massamá e Monte Abraão, em termos de caracterização seria: a VD, as Crianças e Jovens Assumem Comportamentos Desviantes, seguindo-se de Crianças e Jovens assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar (o que tem a ver com problemas de comportamento ou com práticas de comportamento antissocial ou de algum delito social), depois o maltrato físico e a negligência. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente ao acolhimento, disse não saber se tinha sido clara na sua exposição, porque de facto Sintra não tinha um Centro de acolhimento de emergência; mas que no âmbito do Eixo Municipal estava a ser construído, estava a ser criado, estava a ser implementado, estava na fase de projeto. Realçou que este acolhimento de emergência de que falava não tinha a ver com o acolhimento de vítimas de violência doméstica; a questão era a resposta em termos de VD em que as crianças tinham de sair com a mãe ou o pai (com a vítima da VD) e saíam para estruturas que não tinham a ver com a CPCJ. Realçou que este acolhimento de que falava era quando se verificava uma situação gravosa, ou quando (o que era frequente acontecer) os pais iam à CPCJ entregarem os filhos adolescentes e se recusavam a levá-los para casa; pois era necessário acolher a criança e levá-la para algum lado porque não podia lá ficar e não havia nenhuma família que o quisesse (explicando que os pais iam mesmos deixar lá os filhos com malas e tudo). Explicou que este acolhimento era um acolhimento técnico especializado e específico de emergência que tinha de acontecer no imediato e ainda não acontecia no Concelho de Sintra porque não havia ainda nenhuma estrutura, mas haveria porque constava no Plano Municipal e estava a ser criada essa resposta em termos concelhios. Salientou que não havia nenhuma criança que estivesse a ser desprotegida, explicando que os muito pequeninos iam para Oeiras e os mais crescidos iam para Lisboa, mas que todos eram efetivamente acolhidos. -----

Relativamente à questão da tutela, defendeu «*ainda bem que não há tutela*» e era bom que não viesse, porque cada uma das técnicas da CPCJ representava uma entidade, a CMS, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, pelo que não poderiam ter tutela. Informou que tinham recebido um cartão que de um lado dizia Ministério da Justiça, do outro lado Ministério da Segurança Social e depois no fundo de tudo era Comissão Nacional e depois tinha um espaço pequenino para pôr o nome da comissão; pelo que disse que não sabia. Defendeu mais uma vez que a essência disto era não ter tutela, era ser comunidade, ser um conjunto de representações, um conjunto de entidades próximas das crianças e disponíveis para as crianças, pelo que esperava que nunca viesse a tutela ou se viesse que não fosse no seu tempo porque iria ficar muito mal disposta. -----

Em termos de exposição à CMS, reforçou que esta necessidade foi levantada quando foi feito o diagnóstico para o Plano Municipal em vigor, de facto, tinha-se começado a trabalhar de imediato, estava-se em fase de projeto e já havia sido selecionada uma entidade para fazer a

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

gestão do centro de acolhimento e portanto a CMS estava envolvida quer na resolução quer na resposta. Esclareceu ainda que a CMS estava também a trabalhar no âmbito da violência doméstica, informando que nesse mesmo dia tinha sido inaugurado O Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica no Ministério Público com a presença de todos e que de facto todas as entidades iriam ter também um gabinete no Concelho. Salientou que no que lhe tocava fazia de facto chegar as questões a quem de direito. -----

Relativamente à Assembleia Municipal (AM), disse que este ano não tinham ido fazer a apresentação de dados e esperava que não representasse por parte dos senhores deputados da AM desinvestimento e falta de vontade em conhecer a realidade, pois iria ficar muito triste. -----

Para dar resposta à questão de quem poderia tomar a decisão da formação de uma terceira comissão, disse que seria da responsabilidade das pessoas/entidades que tomaram a decisão em 2005: a AM, os concelhos existentes, as AF, o Executivo e a Comissão Nacional; afirmando que lhes cabia fazerem chegar a quem de direito essa necessidade. Salientou que a si, enquanto presidente da Comissão, apenas lhe cabia dar um parecer, o parecer de como via a realidade e qual seria a solução para resolver um problema. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal José Coelho da Bancada da CDU que apresentou os seus cumprimentos protocolares a todos os presentes. -----

Começou por dizer que (apesar de se encontrarem numa sessão se AF perfeitamente informal, sem o carácter habitual das AF) a apresentação que iria fazer não ia no sentido de colocar questões sob o ponto de vista técnico mas contribuir para uma reflexão sobre muitas das questões que aqui tinham sido levantadas. -----

Disse então que um primeiro aspeto sobre o qual se devia refletir era o facto de que cada vez nascerem menos crianças e surgirem cada vez mais casos de abandono, maus-tratos ou violência. Afirmou ainda pensar que o trabalho das comissões da CPCJ era extremamente importante, mas que em termos de respostas, elas e o acompanhamento tinham de ser dados por instituições que teriam de responder a estas questões de natureza social. Salientou que a responsabilidade, de facto, era das famílias, mas, as respostas públicas deveriam existir para evitar muitas das causas que originavam esses problemas. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Recordou que numa resposta que a Dra. Sandra Feliciano tinha dado havia pouco ao Vogal Luís Fernandes, tinha falado um pouco nisso: horários desregulados e falta de resposta pública que permitisse que as crianças estivessem ocupadas (desde infantários, redes de creches, ocupação de tempos livres); defendendo que se tudo isto existisse, menos casos teríamos a ser reportados e que era nesse aspeto que os autarcas tinham de fazer ouvir a sua voz. Argumentou que tinha de haver uma resposta pública às necessidades sociais, e que esta é que era a realidade, porque, embora alguns casos fossem do foro criminal (como a violência, maus-tratos, etc.) a maior parte das situações de abandono e deste tipo de situações era por falta de uma resposta da rede pública. -----

Relativamente ao facto de a Dra. Sandra dizer que a Câmara de Sintra estava em projeto não significava que iria ter já uma instalação onde pudesse abrigar as pessoas, um centro, defendendo que tinham de ser dados passos mais efetivos. Referiu ainda que se duas comissões para uma área extensíssima como a do Concelho de Sintra (que se não era o maior, era o 2º maior em área e que em nº de habitantes também era um dos maiores) teria de haver, ao nível dos organismos que criam as comissões, essa resposta. -----

Acrescentou ainda que, se os autarcas tinham também aqui um papel a desempenhar. Disse que pensava que a AF podia, através de solicitação a fazer para a CMS, manifestar a necessidade do alargamento destas comissões. Defendeu que, se eram necessárias mais pessoas no terreno para fazerem essa despistagem, então que fossem criadas essas comissões e, depois, era de pensar que não eram elas que as iriam resolver, pois para si, o papel das comissões era o da despistagem. Reiterou que as respostas teriam de existir a nível público começando pelas autarquias (por ex. as organizações intermunicipais) – defendendo que poderia ser feito «*se já tivéssemos a descentralização administrativa em termos da criação das áreas que estavam definidas e que não avançaram*» – e depois, pelo poder central, através da Saúde, da SS, do executivo. -----

Concluiu, afirmando que, ao fim e ao cabo, isto era toda uma organização social que nunca iria acabar com estes casos, mas que pelo menos iria minorar estas situações e concorrer para que as causas reduzissem os efeitos. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Dra. Sandra Feliciano (Presidente da CPCJ Sintra). -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Começou por dizer que Sintra tinha uma realidade diferente dos restantes concelhos, pois tinha uma pirâmide invertida, esclarecendo que o concelho continuava a ter mais nascimentos do que falecimentos, uma população mais nova do que idosa, pelo que não era de espantar, nem estranhar esta nova realidade porque efetivamente, ao contrário da maioria dos concelhos continuava-se a ter uma pirâmide invertida em termos demográficos. -----

Revelou concordância com o vogal relativamente ao acompanhamento, afirmando que tal como o Vogal dizia (e com razão!) tinha de ser feito através de instituições, pois a comissão era deliberativa. Saliu a fazer o seu trabalho que era reportar e que certamente os senhores vogais fariam o seu, que era fazerem e interpretarem o que entendessem, fazerem uso da informação e dos dados como bem achassem, pois só eles saberiam qual era o seu papel e o seu trabalho. -----

Saliu a fazer o seu trabalho que era reportar e que certamente os senhores vogais fariam o seu, que era fazerem e interpretarem o que entendessem, fazerem uso da informação e dos dados como bem achassem, pois só eles saberiam qual era o seu papel e o seu trabalho. -----

Saliu a fazer o seu trabalho que era reportar e que certamente os senhores vogais fariam o seu, que era fazerem e interpretarem o que entendessem, fazerem uso da informação e dos dados como bem achassem, pois só eles saberiam qual era o seu papel e o seu trabalho. -----

Saliu a fazer o seu trabalho que era reportar e que certamente os senhores vogais fariam o seu, que era fazerem e interpretarem o que entendessem, fazerem uso da informação e dos dados como bem achassem, pois só eles saberiam qual era o seu papel e o seu trabalho. -----

Relativamente ao acompanhamento, disse que este, de facto, deveria ser sem dúvida através das instituições. Contou que costumava dizer às colegas que em Lisboa era uma rainha, pois as comissões eram quatro e tinham a Santa Casa da Misericórdia. Disse então: «*Quem me dera lá trabalhar!*»; pois a CPCJ deliberava e a Santa Casa acompanhava e tinham muito menos processos que a de Sintra e eram muitas mais; com capacidade de resposta e com capacidade de intervenção, com a estrutura que os territórios tinham e estes não. Afirmou que isso era o ideal e que acreditava que um dia iriam lá chegar, a territórios muito interventivos e eficazes na esfera. Saliu a fazer o seu trabalho que era reportar e que certamente os senhores vogais fariam o seu, que era fazerem e interpretarem o que entendessem, fazerem uso da informação e dos dados como bem achassem, pois só eles saberiam qual era o seu papel e o seu trabalho. -----

Afirmou que lhes valia o sonho de um dia chegarem a uma realidade um *tantinho* próxima; acrescentou que não podíamos esquecer que tínhamos novas realidades, novos pais, que

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

tínhamos indo criando ao longo dos últimos anos, o que vinha a agravar a nossa realidade. Salientou que agora tínhamos aquilo que chamávamos de “pais do facebook e das redes sociais”: tínhamos bebés que não eram tratados porque discutiam quem devia tratar, porque os dois tinham o direito de estar no facebook e portanto alguém que fizesse alguma coisa pela criancinha; tínhamos pais que se demitiram por completo porque alguém se demitiu da educação deles (porque quem não recebeu não pode dar); tínhamos de facto a geração dos pais que foram filhos a quem era permitido tudo e que agora não sabiam ser filhos, estando a aumentar os casos de violência filio-parental («*Se nunca me disseram que não porque é que não te bato? Sempre te vi bater na minha mãe, porque é que não te bato? Sempre te vi bater no meu pai, porque é que não te bato?*»); afirmando que tínhamos novas realidades a surgir e estávamos todos a prepararmos para estas novas realidades. Explicou que se via nos relatórios e quando se especializavam e preparavam para um determinada problemática, surgia outra; realçando que a VD há uns anos atrás era a problemática menos sinalizada e que também era sabido que a comunicação social a tornava mais em voga e também estávamos todos mais assustados com o que tem acontecido. Reiterou que a realidade era que tínhamos novas realidades e a mudar rápido demais, pelo que ainda estávamos a aprender a ser pais e já tudo tinha mudado. Salientou ainda que tínhamos pais a aprender e que os pais para aprenderem tinham de ser capacitados para ser pais, porque a comissão treinava os pais para serem pais adotivos, mas não treinavam os pais para serem pais cuidadores; defendendo que para haver esse treino, tinha de haver investimentos, tinha de haver projetos e ainda não tínhamos nada disso. -----

Relativamente ao centro de acolhimento, e ao projeto que a se referiu, disse que este já existia fisicamente, e que tinha falado de projeto porque o arquiteto teve de fazer um projeto de recuperação para candidatura aos fundos da SS (o qual tinha de ser devidamente aprovado) e portanto já existia o espaço, e estava em fase de se concorrer à abertura e ao Programa e tinha de fazer parte da Rede Nacional. -----

Reiterou que a responsabilidade era dos organismos sem dúvida nenhuma, mas que era também de todos nós. Perguntou o que era que se ia fazer para lá chegar. Respondendo que ia acreditar que o Ministério da Saúde iria resolver e pôr um enfermeiro a tempo inteiro, que alguém vai olhar para a lei e dizer: “aquelas moças não se safam só com cinco pessoas, temos de mudar” e que a dada altura da vida a realidade iria mudar, porque senão não ia correr muito bem

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

efetivamente, principalmente porque havia crianças que viviam anos a fio num sofrimento atroz e ninguém reparava nelas e ninguém as tinha visto e só quando começavam a ir para a rua dar muitos problemas é que alguém as via. -

Concluiu que havia uma parte que cabia a todos os vogais: a primeira linha. Afirmou que o Gabinete de Apoio Psicossocial da Junta era uma coisa, cuja resposta era ouro; salientando que se houvesse capacidade de os gabinetes de primeira linha intervirem e responderem a muitas destas situações, elas seriam delegadas pelas comissões à junta, mas para isso eram precisos técnicos, eram precisos meios. Salientou que ninguém fazia milagres, pelo que tinha de haver recursos, respostas, e efetivamente foi o que se foi vendo mais nos últimos tempos, tem havido mais acompanhamento, mas as coisas tinham de ser mais acompanhadas em termos da necessidade. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Independente Sérgio das Neves que começou por apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes e em particular à equipa da CPCJ. -----

Referiu que dado ao estilo de apresentação muito próprio da Sra. Presidente, se perdia um pouco, mas que tinha tirado ali alguns números. Concentrando-se nos números de Massamá e Monte Abraão, disse verificar que tinha havido um aumento e que presumia que tivessem também crescido do ano anterior para o presente; pelo que questionou se havia alguma razão e se a Dra. conseguia perceber ali quais eram os fatores, se tinha nomeadamente a ver com nova população que se tinha fixado no território. Realçando que ao analisar a convocatória, lia-se “apresentação e discussão do relatório” e para a área a que pertencia era relevante falar-se dele. -----

Disse então que, se havia bons exemplos como o de Casal de Cambra e, pelos vistos, também com a tal instituição que trabalhava em Mira Sintra, porque não implementar-se aqui. -----

Recordando que a Dra. Sandra Feliciano tinha dito que a CPCJ tinha autonomia funcional, disse que então podia agir e mudar alguma coisa ou sugerir aos órgãos da junta para fazerem essa mudança. -----

Relativamente ao técnico de Monte Abraão que parecia que se ia aposentar ou sair, perguntou se já tinha feito chegar a quem de direito a necessidade de substituição desse técnico. -

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente aos casos muito urgentes do concelho, perguntou quais eram as respostas efetivas que eram dadas, e se dos 202 casos muito urgentes, se conseguia dizer quantos pertenciam à área da UFMMA e qual era a intervenção imediata, uma vez que não existia a tal casa de acolhimento. -----

Referiu que ficou entendido que os dois pontos principais deste flagelo, desta quase “guerra civil”, pelo descalabro dos números apresentados, eram a VD e a violência dos próprios. --

Terminou, agradecendo o trabalho levado a cabo pela Comissão; desejou a sua continuação e apelou ao ânimo e à força; aconselhando a que fosse mais reivindicativa nas suas posições junto a quem de direito, porque por vezes se perdia muito misturando os factos, as imagens com as reivindicações. Considerou que isto era algo muito importante pois, ao misturar números, imagens, casos, acabava por se perder um bocadinho o fio condutor. Revelou perceber que para quem estava no terreno, era difícil separar a dureza e a crueldade das coisas, mas depois numa apresentação quando tudo isto era misturado ficava um bocado confuso. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Sra. Presidente da CPCJ Sintra Oriental (Dra. Sandra Feliciano) que começou por dizer que o estilo era o seu, que não era política nem professora, era assistente social; e este era o estilo de quem trabalhava por paixão, o relatório era este e este era o objetivo, não era apresentar dados duros e crus, era apresentar uma realidade e fazer entender uma realidade da única forma que sabia apresentar, com tudo à mistura, para refletirmos sobre como se poderia fazer mais e melhor por eles; salientando que quando o dizia, poderia referir-se a toda a equipa, porque ela era apenas a pessoa a quem estava delegada a função de representar um conjunto de pessoas. -----

Disse então que não sabia se tinha sido clara relativamente à autonomia funcional, explicando que esta tinha a ver com a legitimidade da Comissão nas suas decisões de intervenção, não sendo nenhum serviço, era uma instituição não judiciária com competências previstas na lei e que dispunha de autonomia funcional para a tomada de decisões e deliberações. Realçou que nada tinha a ver com a criação de respostas na comunidade, pois essa seria dos eleitos, do executivo das juntas, da SS e não da CPCJ. Disse então ao Vogal: «*Não queira que nós tenhamos também a responsabilidade de implementar projetos no terreno porque aí nós já não conseguimos mesmo.*». Salientou que a função da comissão era a responsabilidade de identificar as boas práticas, de falar delas sem medo e sem receios, acrescentando que tinha feito

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

isso com a colega da Criagente, que as tinha procurado (e estava ali também) e até lhe tinha falado numa instituição em Mira Sintra exatamente na perspectiva de que eles consigam criar respostas, não sendo nunca a sua missão nem função; realçando a que da Comissão era a da proteção das crianças e não de criação de respostas comunitárias. -----

Relativamente ao técnico, explicou que este tinha feito um pedido formal de substituição, que tinha tido que informar a SS, pelo que a SS estava devidamente informada até porque tinha rececionado o pedido; pelo que não tinha nada a fazer senão esperar. Realçou que sendo uma das técnicas mais antigas e com maior capacidade de trabalho, a única coisa que lhe dizia era que só saía quando fosse substituída. Explicou que a sua preocupação era anunciar a que achava que era nestes espaços que importava fazer perceber qual era a responsabilidade de cada entidade e de cada instituto. -----

Relativamente às respostas efetivas nas 202 situações urgentes, referiu que não era espectável que as 202 crianças fossem para acolhimento. Explicou que as urgências eram casos do tipo: -----

– uma escola (por exemplo Ruy Belo) telefonava a dizer que tinha uma criança batida e a perguntar o que fazia; a comissão dizia para a enviar para o hospital e depois ia lá ter; depois tinha de investigar o que tinha acontecido, saber quem bateu, porque bateu, como bateu, se havia estrutura, se não havia estrutura, se era trabalhável, se não era trabalhável, se havia família, se não havia família;-----

– tocava o telefone e a polícia dizia, temos um AS; temos uma casa onde não conseguimos entrar; -----

– temos uma questão de saúde pública em que as casas não têm mínimas condições (acrescentando que este território tinham bastantes casos).-----

Salientou que estas situações tinham de ter uma intervenção no imediato, não podiam dizer que depois iam lá. Contou que, por exemplo, da Ruy Belo telefonaram a dizer que uma criança tinha saído de casa e estava a dormir no banco de jardim, e que não podia dizer: «*Hoje é sexta-feira, depois logo se resolve.*». Explicou que a intervenção era imediata, nunca ficaria de um dia para o outro, muito menos num fim de semana; realçando que não era a resposta do acolhimento, era a resposta de saber o que era que estava ali mal, o que podia ser mudado, qual era a perceção que as pessoas tinham do ato (porque muitas vezes os pais batem porque

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

perderam a cabeça e isso tinha de ser avaliado pois nunca havia motivo – mas havia alguma circunstância que potenciava aquilo ou não? Como é que a família vê isto? Há rede de apoio para mobilizar do imediato?). Salientou que isto era trabalhar de imediato não era enviar para outro lado.-----

Concluiu, dizendo que era reivindicativa junto de quem de direito e continuaria a ser aqui e em todo o lado, porque o era por eles; acrescentando que era funcionária da CMS havia 25 anos, tinha estado na divisão educativa e tinha saído por convite no dia 14 de fevereiro para a comissão (era um caso de amor). Reiterou que não queria nada com isto a não ser que as crianças ficassem melhores e que todos nós estivessemos de consciência tranquilo, sabendo que tínhamos feito o que podíamos quando podíamos, sem apontar o dedo quando cada um deveria ter o dedo apontado para si. A única coisa importante era saber quem podia fazer o quê e se já fez e quando começava a fazer, mas que tinha um vereador que sabia como ela era e que lhe fazia todas as vontades e portanto estava bem. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) agradeceu em nome da Mesa e disse que a AF estava orgulhosa do comportamento dos seus membros, pois todas as bancadas tinham intervindo. Revelou o apoio da AF, do executivo, os colaboradores, os técnicos da Ação Social da UFMMA e o público, e agradeceu todo o trabalho, o empenho, o sentimento da Dra. Sandra Feliciano. -----

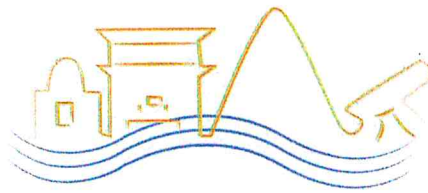
A Dra. Sandra Feliciano agradeceu a atenção dispensada por todos os membros da AF. -

Seguidamente, **O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques)** prestou algumas informações à AF: -----

- a 3 de junho estava programada a reunião do Conselho de Condecorações a realizar-se na USMMA em Monte Abraão; -----

- a reunião prevista para a AF ordinária de 7 de junho tinha sido suspensa devido ao Sr. Presidente não estar presente e foi adiada, -----

- a 1 de junho vai decorrer a Feira das Instituições, onde estarão cerca de 30 instituições, com muita música ao vivo, muita ginástica e cerca de 30 pavilhões, pelo que apelava à presença com os filhos ou netos, pois era o dia da criança.-----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Em seguida, deu a palavra ao 1º Secretário (João Paulo Henriques) para proceder à leitura da ata em minuta da presente sessão. -----

Colocada a votação, a Ata em Minuta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Assembleia pelas 23h40. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

Manuel Lourenço Marques

O 1º Secretário

João Paulo Henriques

1ª Secretária

Sandra Raquel Viegas